

O agronegócio é o seguinte

# Globalização dita a agenda do agronegócio

NAS ÚLTIMAS edições, *Agroanalysis* dedicou especial atenção em analisar a importância da aplicação de medidas para a inovação na gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As decisões tomadas e inseridas no recente Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a Safra 2011/12, em particular com relação à simplificação e desburocratização do crédito rural, já fazem parte desse processo de evolução sem retorno.

As regulamentações nacionais são chamadas para também atender às demandas globais. As práticas produtivas a cada dia incorporam e possuem a sua disposição novos produtos e inovações mais amigas do ambiente. Sobras de materiais residuais e tóxicos no solo e nas plantas são motivos de rigorosas proscricções em muitos países. Trata-se de um mundo novo, que exige do governo, das empresas e das instituições a remodelagem de seus marcos regulatórios e sua forma de atuação.

A seção Abre Aspas busca trazer para debate os rumos para serem tomados pelo Mapa no tocante à avaliação da renda setorial, em termos da evolução da renda e do emprego, com análises na distribuição da renda ao longo das atividades que permeiam a cadeia produtiva. A questão passa pela mitigação da volatilidade na receita do agricultor com soluções na área de seguro e de operações de *hedge*, como no caso do mercado de opções. Da mesma forma, o cadastro positivo e o fundo garantidor são outros instrumentos para viabilizar a capitalização e a oferta de financiamentos rurais de prazos mais longos. Tudo isso faz sentido na perspectiva de crescimento do setor: para a safra 2011/12, a colheita está projetada em 161,5 milhões de toneladas, um novo recorde.

A revista *The Economist*, na sua edição de maio de 2011, faz uma afirmação interessante: a comparação entre as safras agrícolas já permite identificar efeitos das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola. Os resultados mostraram que trigo e milho tiveram suas produções reduzidas. Nos casos da soja e do arroz, não se encontrou um efeito em escala global. Segundo o estudo publicado na *Science*, as mudanças climáticas devem criar um aumento de até 5% nos preços das principais *commodities* alimentares. Isso representa mais de US\$ 50 bilhões de gastos extras anuais.

Ainda com relação a *The Economist*, bem oportuna é a sua análise sobre a aquisição de terras por estrangeiros. Este último fenômeno não é novo e já foi tratado aqui na *Agroanalysis* em julho de 2009 no artigo *Terceirizando a terra*. Bem interessantes são as conclusões inseridas no estudo do Banco Mundial, *Rising Global Interest in Farmland*, que avaliou mais de uma centena de contratos de aquisição de terras por estrangeiros em países pobres ou em desenvolvimento.

O Caderno da Aprosoja traz notícias inéditas do Circuito da Soja. Após colher sugestões, anotarem críticas, trocarem infor-

mações e estabelecerem diálogos, a percepção é de que a maior parte das necessidades dos produtores converge para temas já trabalhados pela Aprosoja de Mato Grosso. O maior problema identificado a ser superado consiste na aplicação da sustentabilidade em seus três vértices: econômico, social e ambiental.

Por fim, *Agroanalysis* traz uma matéria que visa ajudar os leitores a entenderem a grande discussão sobre regulação do sistema financeiro que está em curso. A regulamentação equilibrada daria mais segurança, com a agilidade necessária para o setor. ■

A última decisão do Copom de elevar a Selic para 12,50% sinaliza algumas coisas. Em primeiro lugar, até algum tempo atrás, os bancos apostavam para taxas superiores a 13% ao ano, até dezembro. Depois da decisão de julho, dificilmente a Selic terá novas alterações este ano. Este fato confirma que a condução da política monetária do Bacen realmente mudou no governo Dilma Rousseff. No tempo de Henrique Meirelles, como presidente do Bacen, a Selic seria maior. Temos, hoje, uma atitude mais preocupada com o nível de emprego e não somente em segurar a inflação a qualquer custo, sem medir os efeitos fiscais negativos dos aumentos da Selic.

Em segundo lugar, esta atitude leva a imaginar uma taxa de crescimento do PIB, este ano, ao redor de 4,5%. Temos uma autoridade monetária mais equilibrada, menos ortodoxa e que continua independente, operacionalmente, do Poder Executivo. Mas com mais responsabilidade macroeconômica, numa visão mais ampla. *Agroanalysis* estava correta em sua análise dos últimos meses quanto à condução da política monetária.

Passando para a crise internacional, seja do euro, ou do limite de endividamento norte-americano, *Agroanalysis* tem clara a percepção de que as autoridades com poderes mundiais têm claro que não se pode ter outro efeito Lehman Brothers. Portanto, seja nos EUA, seja na Europa, estamos perto de alguma solução. Nos dois casos, a demora fica por conta de quedas de braço em termos de quem paga a conta. Nos Estados Unidos, deverá haver um corte programado de gastos, mas sem uma redução grande e imediata que possa ameaçar a tímida recuperação da economia norte-americana.

Já na zona do euro, a solução já anunciada vai passar por alguma combinação, conforme apontado em nossa edição anterior, que combine alguma transferência dos países mais ricos com alguma perda dos bancos credores. A discussão está sendo arrastada, porque a briga está exatamente aí, na divisão da conta.

Tudo isso leva *Agroanalysis* a prever uma suavização do medo nos próximos meses, sem grandes riscos para o preço das *commodities*.



Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.  
**Conselho editorial:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano  
**Editor chefe:** Antônio Carlos Kfourir Aidar  
**Editor executivo:** Luiz Antonio Pinazza  
**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati  
**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro  
**Redação**  
**Redator:** Paulo Roque  
**Arte:** Daniel Gustavo Rocha Silva  
**Revisão:** Raphael Messias  
**Fotos:** iStockphoto e Stock.xchng  
**Secretaria e administração:** Debora Durazzo  
**Produção editorial – coordenador:** Evandro Jacóia Faulin  
**Publicidade/Contato Comercial:** Atendeagro -Tels.: (11) 2369-7233 e (11) 9415-2319, e-mail: atendimentoagro@globocom  
**Circulação/assinaturas:** Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.  
**Outros Estados:** 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br  
**Ponto de venda:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569  
**www.fgv.br/agroanalysis**



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br  
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes  
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal  
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella  
**Conselho Diretor**  
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal  
**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella  
**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvéas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pío Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade  
**Suplentes:** Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho  
**Conselho Curador**  
**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio  
**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)  
**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang  
**Suplentes:** Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)  
**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano  
**Diretor Executivo da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos  
**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira  
**Diretor da FGV-SP:** Prof. Francisco S. Mazzucca  
**Diretor da FGV-EAESP:** Maria Tereza Leme Fleury



Acesse o site  
www.fgv.br/agroanalysis  
ou ligue  
0800 770 88 81  
e assine  
a publicação que  
melhor acompanha  
o agronegócio



### Abre Aspas

6 José Carlos Vaz

- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

### Mercado & Negócios

- 14 Sistema financeiro
- 16 África do Sul
- 18 Crédito para cadeia da laranja
- 20 Aquisição de terras por estrangeiros
- 21 Mudanças climáticas
- 22 Exportação de frutas
- 24 Crise econômica atual

### Agroenergia

26 Etanol

### Gestão

28 Exportação de carne bovina

### Sustentabilidade

30 Produção agrícola

### Especial APROSOJA

31 Um diálogo essencial

### Especial ANDEF

43 Defensivos agrícolas

- 44 Diário de bordo
- 45 Produzir
- 46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

### Mercado & Negócios



18 Crédito para cadeia da laranja

### Agroenergia



26 Etanol

### Especial APROSOJA



31 Um diálogo essencial



José Carlos Vaz

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

## É preciso redesenhar a política agrícola

Por Paulo Roque

**A**O FALAR com exclusividade para *Agroanalysis* sobre o Plano Agrícola e Pecuário 2011/12, o secretário de Política Agrícola do Mapa, José Carlos Vaz, destaca suas vantagens, mas deixa claro que é necessário construir um novo modelo de crédito rural, “pois o atual é burocrático, complexo e tem alto custo operacional”.

**AGROANALYSIS** Quais os pontos que o senhor considera positivos no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.

**JOSÉ CARLOS VAZ** É um Plano de Safra pragmático, sintonizado com as perspectivas muito boas que o conjunto do agronegócio brasileiro apresenta. São mais recursos, com redução do custo financeiro médio. Foca nos créditos para investimento, em sustentabilidade, utilização de mais tecnologia, ganhos de produtividade. Traz recursos suficientes para sustentação do preço mínimo. É um Plano de Safra que vai além dos grãos, tratando de cana-de-açúcar, pastagens, melhoramento genético e frutas.

Entre as principais medidas, podemos destacar a elevação e a unificação dos limites de custeio e comercialização (R\$ 650 mil por produtor); elevação e unificação dos limites para parceria e integração (R\$ 70 mil por integrador); elevação dos limites para investimento com recursos controlados (R\$ 300 mil por produtor); linha de investimento para aquisição de matrizes e reprodutores (R\$ 750 mil); linha de investimento para expansão e renovação de canaviais (R\$ 1 milhão); linha Especial de Comercialização para suco de laranja.

“O Plano de Safra 2011/12 está sintonizado com as boas perspectivas que o conjunto do agronegócio brasileiro apresenta. Ele vai além dos grãos, trata de cana-de-açúcar, pastagens, melhoramento genético e frutas”



**AGROANALYSIS** A oferta de crédito proposta parece adequada, mas nas últimas temporadas a meta de concessão não é atingida. Será que agora será factível?

**JOSÉ CARLOS VAZ** As sobras de recursos na safra 2010/2011 praticamente ocorreram nas linhas de investimento. No novo plano de safra, haverá maior divulgação dos programas de crédito aos produtores e capacitação dos projetistas, sem contar

a interlocução que está sendo feita com os agentes financeiros. Como o setor está com boas perspectivas de renda e reduzindo o endividamento e o risco, aquelas ações farão com que a execução do Plano chegue próxima a 100%.

**AGROANALYSIS** Por que as operações na linha da Agricultura de Baixo Carbono (ABC) não se intensificaram?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Há necessidade de divulgação das suas características aos produtores e de capacitação dos projetistas, o que ocorrerá com bastante intensidade no novo ciclo agrícola. Nas últimas safras, os produtores, em geral, tiveram melhor renda. Com isso, buscaram obter créditos de custeio nos bancos, para aumentar sua produção e sua produtividade, e começaram a reduzir o endividamento. Observamos, na safra 2010/2011, a recuperação do interesse em créditos de investimento, para tratores, máquinas e implementos. Agora, é de se esperar que cresça o interesse pela contratação de financiamentos que estejam em sintonia com as expectativas da sociedade e dos próprios produtores quanto à sustentabilidade. Esse interesse também é visível por parte dos agentes financeiros. Com os ajustes operacionais feitos na linha de crédito do ABC, entendo eu, estão criadas as condições para que um volume significativo de operações seja contratado até 30 de junho de 2012.

**AGROANALYSIS** A simplificação e a diminuição da burocracia na formalização do crédito rural é um processo sem volta?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Sem dúvida. Mas é preciso ainda construir um novo modelo e um processo de implantação, pois o atual é burocrático, complexo e tem alto

“...há necessidade de se construir um novo crédito rural que abranja todas as atividades produtivas e todos os itens financiáveis”

custo operacional. Eu o considero “desconfiado”, pois há exigência de certidões em papel e fiscalizações sem efetividade; intempestivo, é prisioneiro do calendário agrônomo, das finalidades (custeio, comercialização ou investimento), do orçamento/projeto por atividade produtiva; e é descontextualizado das práticas de mercado (“produto-verde”, troca/barter, recursos externos com travamento).

Por isso, há necessidade de se construir um novo crédito rural que abranja todas as atividades produtivas e todos os itens financiáveis, entre outros, que facilitem a atividade produtiva. Um crédito rural corrente, para produtores rurais de capacidade técnica e substância econômica reconhecidas, como também um crédito rural orientado como forma de crédito tecnificado, com assistência técnica prestada pelo financiador, diretamente ou

através de entidade especializada em extensão rural, com o objetivo de elevar os níveis de produtividade e melhorar o padrão de vida do produtor e de sua família.

**AGROANALYSIS** Quais caminhos a política agrícola nacional deverá seguir nos próximos anos?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Precisamos trabalhar para ter uma política agrícola plurianual, parametrizada, diferenciada, declarada, tempestiva e efetiva. Que esteja em sintonia com a Agenda Estratégica de cada cadeia produtiva. Voltada à contenção da volatilidade de preços e à garantia de renda e com foco em agregação de tecnologia, melhoria da gestão e disseminação do seguro contra riscos climáticos. Deve atuar nas expectativas de plantio e comercialização, em harmonia com as práticas de mercado, incentivando o cumprimento







to de contratos, recompensando a eficiência e incentivando a concentração dentro das cadeias produtivas. E construída com ampla participação de todos os agentes envolvidos com o agronegócio nacional, com bastante debate, e em sinergia com as demais políticas públicas (fiscal e monetária, principalmente).

**AGROANALYSIS** Até que ponto o elevado tamanho do endividamento agrícola pode comprometer os progressos futuros do crédito rural?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Na medida em que se consigam criar mecanismos anticíclicos de sustentação de renda, cada vez mais o endividamento do setor será menor e concentrado em segmentos de menor eficiência.

**AGROANALYSIS** Quais são as perspectivas do agronegócio nos próximos dez anos, ou seja, até 2021?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Os mercados interno e externo serão ambos relevantes: 65% da soja e 85% do milho serão consumidos no País, assim como 83% da carne bovina, 81% da carne suína e 67% da carne de frango. Deverão continuar expressivas,

com tendências de elevação, as participações do Brasil no comércio mundial de soja (33,2%), carne bovina (30,1%) e carne de frango (49%). Será mantida a liderança em açúcar (54,8%) e café (36,1%).

**AGROANALYSIS** É possível levar adiante o enfoque de aplicar o seguro rural com distribuição do risco ao longo da cadeia produtiva e não somente na propriedade rural? Ou seja, cada setor contribuir com uma parcela na formação do fundo de catástrofe?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Não só com o risco climático, mas com os riscos de preço, de mercado e de crédito. Esse é o caminho.

**AGROANALYSIS** Existem alternativas para diminuir o custo dos registros dos títulos nas operações do crédito rural?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Sim, mudando a legislação e/ou criando cartórios virtuais eletrônicos.

**AGROANALYSIS** Como está a competitividade entre os agentes financeiros na concessão do crédito rural?

**JOSÉ CARLOS VAZ** No crédito rural tradicional, está bastante concentrado nos bancos públicos. Para máquinas e equipamentos, nos bancos de montadoras. Para grandes produtores, em bancos internacionais. Acaba que a competição é

pequena. Precisamos atualizar o modelo operacional do crédito rural, reduzindo riscos legais e custos dos agentes financeiros. Viabilizando instrumentos de proteção contra riscos típicos da atividade rural (clima e preço), e modernizando o processo de crédito, mais agentes financeiros poderão participar do processo, e até mesmo investidores poderão comprar diretamente o risco dos produtores (via CPR, por exemplo).

**AGROANALYSIS** Então seria o caso de se ajustar a política agrícola brasileira em função do contexto discutido nesta entrevista?

**JOSÉ CARLOS VAZ** Sim, é preciso um redesenho da política agrícola, e, aí, devemos considerar algumas premissas: plurianual, parametrizada, diferenciada, declarada, tempestiva e efetiva; em sintonia com a Agenda Estratégica de cada cadeia produtiva; voltada à contenção da volatilidade de preços e à garantia de renda; com foco em agregação de tecnologia, melhoria da gestão e disseminação do seguro contra riscos climáticos; atuar nas expectativas de plantio e comercialização; em harmonia com as práticas de mercado; incentivar o cumprimento de contratos; recompensar a eficiência e incentivar a concertação dentro das cadeias produtivas. ■

“Precisamos trabalhar para ter uma política agrícola plurianual, parametrizada, diferenciada, declarada, tempestiva e efetiva. Que esteja em sintonia com a Agenda Estratégica de cada cadeia produtiva”

## Macroeconomia

# Cenário internacional e impactos sobre o Brasil

Rogério Mori\*

O QUADRO econômico e financeiro mundial mantém-se sob tensão. Diversos países na Europa registram cada vez mais dificuldades com suas dívidas e inúmeros problemas em realizar ajustes que permitam a estabilidade do euro ao longo do tempo. De forma simultânea, fica cada vez mais claro que a economia dos EUA permanece enfraquecida e dificuldades fiscais se avizinham de forma mais intensa sobre a economia norte-americana. Em face dessa situação, os níveis de risco se elevaram recentemente e o potencial de ruptura financeira ainda está presente.

Nesse contexto, dado esse cenário, a economia do Brasil tem se mostrado extremamente atraente para os investidores internacionais sob diferentes aspectos. Nessa lógica, o sistema financeiro brasileiro se mostra sólido e sem potencial de risco visível. Simultaneamente, embora a situação fiscal do País não seja tão confortável quanto uns anos atrás, as contas públicas brasileiras ainda se mostram relativamente ajustadas. Esse cenário, considerando-se o ciclo de aperto da política monetária em curso no Brasil, amplia o ingresso de dólares para o País, contribuindo para pressionar a cotação do dólar cada vez mais para baixo.

Esse fenômeno sobre a taxa de câmbio brasileira afeta, cada vez mais, a competitividade da nossa produção, e diversos setores produtores de bens comercializáveis com o exterior se encontram em dificuldades nesse momento. Não sem razão, o governo do Brasil tem se mostrado preocupado com esse fenômeno e ensaia novas medidas na área cambial para tentar frear a apreciação do real frente às demais moedas.



De qualquer forma, o potencial de ruptura no ambiente internacional pode inverter esse quadro de forma relativamente súbita. As entradas de capitais externos nos últimos anos em um contexto de déficit em transações correntes geraram um enorme passivo externo no Brasil. Sob essa perspectiva, dificuldades financeiras na Europa ou nos Estados Unidos poderiam se refletir em um intenso movimento de saída de capitais ou em uma súbita parada de ingressos, com restrição ao crédito externo para nosso país. Esse evento teria consideráveis efeitos sobre a cotação do dólar.

Vale lembrar também que uma nova rodada da crise levaria a um aprofundamento da desaceleração no ritmo da atividade econômica mundial. Dessa forma, muito possivelmente, no caso de um evento de

estresse financeiro internacional, a economia mundial sofreria novamente, com um contexto de recessão global. Sob essa lógica, os efeitos desse ambiente sobre a economia brasileira se traduziriam em efeitos sobre as exportações do Brasil.

Sem dúvida, tendo em vista esses elementos, não se pode vislumbrar um quadro totalmente positivo para o Brasil em termos econômicos caso um evento de ruptura financeira externa de fato venha a ocorrer. Isso sugere que, em um evento como esse, uma desaceleração econômica no País deverá se instalar (com riscos de queda do produto brasileiro), e a cotação da moeda norte americana deverá se elevar novamente. ■

\*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

## PARA A CIDADE ENTENDER O CAMPO

Uma ideia de praticamente 20 anos finalmente tornou-se realidade. Há muito, o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, quando ainda presidia a Sociedade Rural Brasileira, idealizou um projeto que aproximasse mais o rural do urbano e fizesse com que os moradores das cidades entendessem e valorizassem o agronegócio. Desde o dia 18 de julho, foi lançado o Movimento Sou Agro, que, através de campanha publicitária, chegou aos lares de brasileiros de Norte a Sul do País. O Movimento, apoiado por diversas empresas, entidades representativas do agronegócio e de produtores rurais, tem como principais objetivos esclarecer o que é o agronegócio e a sua influência no dia a dia das pessoas que vivem nos centros urbanos.

## CAMPANHA NACIONAL

Criada pela agência Nova/SB, a campanha, que se estenderá até outubro, conta com peças publicitárias em emissoras de tv e rádio, revistas, na internet, em cinema e mídia eletrônica em elevadores, com a participação dos atores Lima Duarte e Giovanna Antonelli. Serão mostrados, também, personagens que representam as pessoas comuns como a agromãe, a agroestilista, o agrotaxista, os agroestudantes e o agrochef de cozinha. Na internet, o Movimento conta com o portal [www.souagro.com.br](http://www.souagro.com.br), com foco no público urbano, e a Rede Agro, que reúne pesquisadores e acadêmicos, na análise de temas que desafiam o agro e o relacionamento dele com a sociedade.

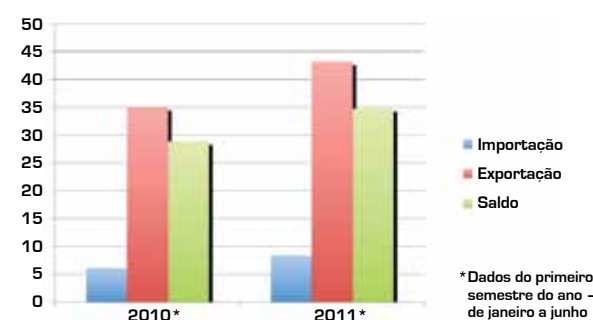
## TUDO É AGRO

"Existe uma comunicação muito eficiente dentro do setor, mas a população urbana quase não sabe o que é o agronegócio, de onde vêm os alimentos que consomem e qual é a importância disso tudo", destaca o coordenador e idealizador do projeto, Roberto Rodrigues. "Tudo é agro. Não existe nenhum cidadão que não tenha uma ligação com o agronegócio, que começa com o lençol da cama em que dorme, com os alimentos, o combustível que faz o veículo se movimentar", diz Adalberto Telles, diretor corporativo da Bunge.

## SUPERÁVIT NA BALANÇA DO AGRONEGÓCIO

A balança comercial do agronegócio brasileiro registrou superávit de US\$ 34,7 bilhões de janeiro a junho de 2011. Um crescimento de 20,5% no saldo de negócios externos do setor em relação ao mesmo período de 2010, que foi de US\$ 28,8 bilhões. As exportações totalizaram US\$ 43,1 bilhões, 23,4% maiores em relação ao mesmo período de 2010. As importações apresentaram variação positiva de 36,8%, no mesmo período, totalizando US\$ 8,3 bilhões. O anúncio foi feito pelo Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Complexo soja, carnes, complexo sucoalcooleiro, produtos florestais e café foram os setores que mais contribuíram para este resultado. Juntos, responderam por 82,4% do total das exportações.

Balança comercial do Agronegócio (US\$ bilhões)



## ABIOVE APOIA RESOLUÇÕES DA ANTT

O complexo soja, cuja produção se dá em grande parte no interior do Brasil, é um dos produtos do agronegócio que mais se ressentem da precariedade da logística nacional. Por isso, a agenda regulatória da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para 2011-2012, foi bem recebida pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). A agenda tem como itens prioritários, no capítulo de transporte ferroviário de cargas, pactuação e repactuação de metas por trecho; regulamento de defesa dos direitos dos usuários de transporte ferroviário de cargas; e operações de direito de passagem e tráfego mútuo.

## CAMPO LIMPO

De acordo com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), no primeiro semestre do ano, o Sistema Campo Limpo encaminhou para o destino ambientalmente correto 18.635 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Esse volume representa um crescimento de 11% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram processadas 16.838 toneladas. Somente em junho, foram retiradas das unidades de recebimento do País 3.712 toneladas de embalagens, e 93% desse material seguiram para reciclagem.

## RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

O Conselho Monetário Nacional aprovou a prorrogação de operações de custeio, investimento e Empréstimo do Governo Federal (EGF) para suinocultores e rizicultores. Poderão ser renegociados os financiamentos contratados com recursos do BNDES; do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); da Poupança Rural; dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO); além do Orçamento Geral da União.

## LINHA ESPECIAL

Foi criada uma Linha Especial de Crédito para a suinocultura. O criador terá limite de contratação de R\$ 1,3 milhão. Já as indústrias e os beneficiadores podem contratar até R\$ 40 milhões para aquisição de suínos a preços de referência de R\$ 1,74 por quilo.

## SAFRA 2010/2011

As operações de investimento rural, com parcelas a vencer em 2011, podem ser prorrogadas por até 12 meses após a data prevista para o vencimento do contrato original. A medida aprovada pelo CMN permite ainda que os financiamentos de custeio contratados na safra 2010/2011 sejam renegociados pelos suinocultores e rizicultores em até cinco parcelas anuais, desde que a primeira corresponda a 20% do total do saldo devedor.

## SAFRAS ANTERIORES

O Conselho Monetário também autorizou a prorrogação de parcelas de custeio de safras anteriores a 2010/2011. Neste caso, as instituições financeiras podem renegociar até 50% do total do débito de operações de EGF de arroz ciclo 2009/2010. Para isso, o produtor que optar pelo adiamento do débito deve liquidar o saldo devedor em até duas parcelas anuais, com vencimento da primeira em 2012.

## R\$ 45,7 BILHÕES PARA A 2011/12

O Banco do Brasil destinará cerca de R\$ 45,7 bilhões para operações de crédito rural na safra 2011/12, volume 17% superior comparado à safra anterior. Desse total, R\$ 10,5 bilhões irão financiar a agricultura familiar e R\$ 35,2 bilhões vão atender aos agricultores empresariais e às cooperativas rurais, um incremento de 20% e 16%, respectivamente. Desde o dia primeiro de julho, as agências do Banco do Brasil já estão contratando a nova safra com as alterações e inovações aprovadas pelo governo federal.

## SEGURO AGRÍCOLA

Também para a safra 2011/12, o Banco do Brasil passa a oferecer o BB Seguro Agrícola Faturamento, que garante o faturamento dos sojicultores. O seguro conta com isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e subvenção do governo federal de até 50% do valor do prêmio. Além da garantia contra eventos climáticos, atende à possibilidade de proteção contra oscilações negativas de preço. A expectativa do Banco e do Grupo Segurador BB&Mapfre é de que a carteira do novo seguro alcance um volume segurado em torno de R\$ 500 milhões.

## CONAB DIVULGA NOVOS NÚMEROS DA SAFRA

A Conab divulgou o resultado do décimo levantamento da safra brasileira 2010/11. A pesquisa, realizada no período de 20 a 24 de maio, indica que serão produzidas 162 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 8,6%, o que representa 12,8 milhões de toneladas a mais que o alcançado no ciclo passado, quando foram colhidas 149,2 milhões de toneladas. A área cultivada cresceu 4,4%, atingindo 49,5 milhões de hectares (ha), ou seja, 2,1 milhões de ha a mais que em 2009/2010, quando chegou a 47,4 milhões de ha. Soja, milho, algodão, feijão e arroz tiveram ampliação de área, tornando-se os principais responsáveis pelo crescimento da safra, ao lado da boa influência do clima no desenvolvimento das plantas.

## DUAS NOVAS CULTIVARES DE ALGODÃO

A Embrapa Algodão, em parceria com a Fundação Bahia, desenvolveu duas novas cultivares, a BRS 335 e a BRS 336. A primeira se destaca pela alta produtividade, porte e ciclo médios e a segunda, pela qualidade da fibra. A BRS 335 é indicada para cultivo no Estado da Bahia e a BRS 336 para os biomas do Cerrado e Semiárido brasileiros. O lançamento das novas cultivares aconteceu durante o Encontro Técnico do Algodão 2011, em Luís Eduardo Magalhães-BA.



SXC.HU





WILSON DIAS/ABR

A agricultura familiar representa 33% do PIB do agronegócio, ou seja, 10% do PIB nacional, e é responsável por 87% da produção brasileira de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 46% do milho e 38% do café. Ou seja, a despeito de alguma variação anual, é possível afirmar que cerca de 70% dos alimentos que vão pra mesa de brasileiras e brasileiros são produzidos pela agricultura familiar.”

AFONSO FLORENCE, ministro do Desenvolvimento Agrário

“A política ambiental para a Amazônia, voluntarista e visionária, está claramente levando a uma situação de desobediência civil, de conflito entre o Estado e a população. É uma situação perigosa demais para ficar exclusivamente por conta das autoridades ambientalistas.”

CESÁRIO RAMALHO DA SILVA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

“A agricultura é indústria. Quando as commodities do agro vão bem, vários setores da indústria de bens de capital e de bens de consumo também vão bem.”

ANDRÉ MELONI NASSAR, diretor-geral do Icone e coordenador da Redeagro, citando artigo publicado por Marcos Jank no jornal O Estado de S. Paulo, em 2004

“Precisamos erradicar a fome e ajudar os países mais pobres. A partir de agora, deixo de ser o candidato dos brasileiros para ser o diretor-geral de todos os países. De acordo com dados da ONU, o mundo tem um bilhão de pessoas famintas.”

JOSÉ GRAZIANO, professor e agrônomo brasileiro e ex-ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em seu primeiro pronunciamento como diretor-geral da FAO, no dia 26 de junho, em Roma

“O sucesso de uma cadeia produtiva depende da eficiência de sua gestão, e o grande êxito da sojicultura brasileira nas últimas duas décadas foi resultado de um melhor grau de coordenação entre a indústria e os produtores rurais.”

CARLO LOVATELLI, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

“A ação governamental para o setor rural deve ter o olhar voltado para a terra, que não tem partido ou ideologia.”

ANTONIO JÚLIO JUNQUEIRA DE QUEIROZ, administrador de empresas e produtor rural. Ocupou interinamente a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



agência1



# c2rural

A ferramenta de transmissão via web do Canal Rural

Acesse: [www.c2rural.com.br](http://www.c2rural.com.br)



Sistema financeiro

# A nova regulamentação

DEPOIS DAS fraturas expostas pela crise financeira de 2007/08, os reguladores estão buscando soluções para amenizar crises futuras. É sempre assim: a porteira é arrombada, e aí a preocupação aparece. Duas certezas ficaram depois da crise: o mercado não pode e não deve ficar solto, e alguma nova crise financeira virá algum dia. A especulação, inerente

ao capitalismo, sempre levará a algum tipo de crise. Sempre foi assim e sempre será desta forma. Cabe às autoridades competentes tentar prever e minorar os impactos de crises futuras. Neste ponto, o Brasil está à frente. Em função de crises passadas, tivemos programas que sanearam nosso sistema financeiro, sendo o Programa de Estímulo

à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) o nosso maior exemplo. A maior prova disso é que o Sistema Financeiro Brasileiro passou muito bem pela crise de 2007/08. O quadro na página ao lado, publicado na edição de 2 de julho de 2011 da revista *The Economist*, traz um excelente resumo sobre a discussão. ■

Alguns comentários:

Quanto à segurança do sistema, o **aumento do capital dos bancos**, principalmente dos considerados sistemicamente importantes, ou Muito Grandes para Falhar (Too Big to Fail - TBTF) é fundamental para reduzir o risco nas crises.

Controlar os **derivativos** é fundamental para a segurança do Sistema. O ideal seria que todas as transações fossem feitas através de Clearing Houses que funcionariam como bolsas, dando garantia aos envolvidos. O problema desta solução é que boa parte dos derivativos é feita sob medida, não é padronizada. Isso faz com que a necessidade de passar por Clearing Houses reduza muito a agilidade do sistema. Talvez uma saída seja a existência das Clearings para os Derivativos Padrão e pedidos de margens maiores (garantias) para os casos específicos. Os custos das operações aumentariam, mas não se fazem omeletes sem que se quebrem os ovos. De qualquer forma, para os aplicadores fica a lição. Não se deve investir no que não se conhece. Um bom exemplo é que não se costuma comer uma salsicha, para utilizar o exemplo do campo, se não se conhece a procedência... O que está dentro? O mesmo acontece com um derivativo. Se a operação não está muito clara para nós, devemos passar longe. Portanto, o caminho é de uma ação do regulador, na direção aqui formulada, combinada com maior prudência do aplicador.

Talvez o caso mais interessante seja o **da remuneração dos executivos**. O dono da padaria não vai fazer alguma coisa que possa ir bem neste ano, mas que possa colocar sua padaria em risco no ano seguinte. No caso dos bancos, este pode ser exatamente o caso. Os executivos vendem produtos que geram lucro, em um primeiro momento, mas com alto risco nos anos seguintes. Isto aconteceu nesta última crise. As hipotecas eram concedidas sem critério algum, passadas adiante por duas ou

três vezes. Sempre alguém ganhava alguma comissão e, portanto, bônus altos. Depois, foi o estouro que se viu. E ninguém devolveu os bônus recebidos. O interesse do executivo difere do acionista. E este é o problema. As soluções pensadas vão na direção de realização dos bônus, apenas no longo prazo, assim como penalizar os executivos nos anos ruins (daí a expressão bônus e *malus*). Aí, há uma maior compatibilização entre os interesses do executivo e do acionista. O rigor será muito maior na montagem dos créditos. E este é o problema. A falta de rigor na concessão do crédito. Se passo a responsabilidade adiante, não tenho interesse em ser rigoroso em minha análise de crédito. Os casos mais escabrosos, e não foram poucos, aconteceram na última crise. Algumas instituições vendiam papéis aos investidores e na mesma hora compravam seguro contra o *default* destes mesmos papéis nas seguradoras. Na hora da quebra, o investidor ficou com a brocha na mão, e a instituição vendedora do papel se safou. Se não é ilegal, e deveria ser, é pelo menos totalmente antiético. Este fato está fartamente comprovado na literatura e em documentários sobre a crise.

Vale dizer que a decisão sobre a remuneração tem de ser conjunta, pois, caso contrário, haverá migração de mão de obra na direção dos bônus mais flexíveis.

Finalmente, devem existir regras mais claras para a **resolução das crises**. E aqui a direção é clara. Os responsáveis têm de ser devidamente responsabilizados, e o dinheiro do contribuinte utilizado somente em último caso e com regras muito claras. Mas deve também ser notado, respeitadas estas regras, que o risco sistêmico pode ser mais grave para o próprio contribuinte. Neste quadro, **Agroanalysis** acha que a atuação dos principais governos na última crise evitou um novo 1929.

As regras de engajamento – Uma breve visão da regulamentação financeira internacional

Questão	Por que é importante?	Atual atuação	Áreas de contenção	Resultado provável
Padrões de Capital	Capital protege os bancos contra perdas imprevistas.	Basileia 3 elevará capital básico para 7% até 2019. Muito do que se contabilizava como capital sob antigas regras é atualmente excluído. Deve voltar.	Bancos americanos são críticos sobre como os bancos europeus avaliam riscos de ativos. Grã Bretanha e Suécia querem descrição para carregar ainda mais o capital. Bruxelas não está interessada.	Convergências de novo nível de capital básico <i>de facto</i> de aproximadamente 10%.
Sobretaxa de SIFIs*	Os bancos mais importantes do mundo custam mais para terem sua vida saneada, portanto devem ter mais capital.	Proposta do Comitê de Basileia de aplicar uma sobretaxa de 1-2,5% aos bancos sistemicamente mais importantes até 2019. Pode chegar até 3%.	Ainda existem divergências em relação aos critérios de escolha das SIFIs. Alguns grandes bancos chineses, japoneses e europeus fazem <i>lobby</i> para isenção ou taxas menores, pois estão focados na visão doméstica.	A sobretaxa global provavelmente capturará a maioria dos bancos de primeira linha. Outros bancos podem querer "promoção", caso os custos de empréstimo diminuam.
Desobstrução de derivativos	Derivativos "de balcão" podem amplificar choques financeiros, pois permitem concentrações opacas de risco.	Legislação Dodd-Frank nos EUA pede desobstrução de contratos padronizados e capital mais alto, e circundam requerimentos para contratos não liquidados. Europa considera regras similares.	Bancos americanos reclamam que as regras europeias permitem menores margens e requerimentos de capital, o que pode resultar em redirecionamento dos negócios de derivativos em direção aos bancos europeus.	Transferência de derivativos da América para a Europa, reiterando uma tendência já existente.
Liquidez & Financiamento	A dependência dos bancos em financiamentos de curto prazo fez com que o sistema financeiro ficasse vulnerável a choques.	O Comitê de Basileia está revisando os padrões que forçariam os bancos a levantarem fundos de longo prazo e depósitos de varejo, bem como para manterem mais ativos líquidos.	Reguladores nacionais mostram diferentes graus de entusiasmo para regras mais duras. A Comissão Europeia e os reguladores americanos acreditam que as regras podem retardar empréstimos.	Suavização da liquidez proposta e das regras de financiamento.
Pagamento	Reguladores temem que as políticas de bônus incentivem os funcionários de banco a tomarem decisões mais arriscadas.	O Comitê de Basileia propôs maior transparência sobre as políticas de remuneração. A Europa tem limites para bônus em dinheiro.	Bancos europeus reclamam que não podem competir em relação à remuneração para a contratação de talentos.	Divergência em relação às regras de bônus pode colocar alguns bancos em desvantagem. Outros benefícios, como salário-base, aumentarão.
Resolução	Planos de resolução têm por finalidade tornar a ação de salvar um banco menos onerosa, ou deixá-los fracassar com segurança.	Propostas para solucionar problemas com grandes bancos serão vistas no próximo ano. Muitos países estão implementando novos regimes de resolução interna.	Na ausência de regras globais, países podem criar planos de resolução para proteger aqueles que poupam nacionalmente (domesticamente) e seus contribuintes, ao invés de credores estrangeiros.	Regimes <i>cross-border</i> (internacionais) serão dificilmente aprovados, deixando uma "colcha de retalhos" de regimes nacionais (domésticos), e aumentarão a pressão para que os bancos criem subsidiárias.

\*Systemically important financial institutions - Instituições financeiras sistemicamente importantes.



África do Sul

# Porta para o continente africano

Gilmar P. Henz<sup>1</sup>  
Mari Carmen Rial Gerpe<sup>2</sup>

A ÁFRICA do Sul é o país com melhor infraestrutura e com setores econômicos mais bem estruturados no continente africano. A organização da última Copa do Mundo foi uma oportunidade para mostrar ao mundo as novas faces deste jovem país, todas as transformações econômicas e sociais ocorridas desde o final do regime do *apartheid*, em 1994, e a história recente de democracia racial.

O país é peculiar em vários aspectos, como o fato de ter três capitais (Pretória, sede do Executivo; Bloemfontein, do Judiciário; e Cidade do Cabo, do Legislativo); onze idiomas oficiais, sendo o inglês utilizado como língua franca; e a composição racial dos 49,9 milhões de habitantes, sendo 80% negros, de várias etnias, 9% brancos, 8% mestiços (*coloured*) e 3% asiáticos. Johannesburgo é a maior cidade sul-africana, com grande concentração de indústrias, e o principal centro financeiro, com uma população de 6,6 milhões de habitantes na região metropolitana.

A África do Sul tem um papel importante na economia da região austral africana como principal membro da Southern African Development Community (SADC), mercado comum que agrega 15 países, com 233 milhões de habitantes e um PIB conjunto de US\$ 737 bilhões. Os principais produtos da África do Sul são oriundos do setor de mineração, com exploração de ouro, diamantes, platina, entre outros.

Em 2000, o Mercosul iniciou as negociações com a África do Sul com vistas a um acordo para a criação de uma área de livre comércio. Posteriormente, as negociações passaram a envolver a Southern African Customs Union (Sacu), união aduaneira formada por África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. A Sacu pretendia a conclusão de um acordo de livre comércio, mas aceitou negociar

um acordo de preferências fixas. O acordo foi assinado durante o encontro de cúpula do Mercosul, em dezembro de 2008. Os setores contemplados pelo acordo foram: agrícola, pesqueiro, têxtil e vestuário, de autopeças, químicos, siderúrgicos, de eletroeletrônicos, bens de informática e telecomunicações, e bens de capital, entre outros.

### Agricultura na África do Sul

A África do Sul possui uma agricultura bem desenvolvida e diversificada, muito embora apresente limitações de área agricultável (122,3 milhões de hectares) e reduzida disponibilidade de água. O setor é o responsável por 8% das exportações, 10% dos empregos formais e 2,6% do PIB. Uma das principais questões políticas em discussão na África do Sul é a reforma agrária e a distribuição de terras, uma vez que 80% das terras agricultáveis pertencem a fazendeiros brancos, com propriedades de 2.000 ha, em média, enquanto a maioria negra detém apenas 20%, em propriedades de até 4 ha. Em razão da questão agrária, muitos produtores brancos estão buscando terras férteis e baratas em outros países africanos, como Moçambique, Zâmbia e Congo.

Os principais produtos agrícolas da África do Sul são grãos, principalmente milho, cultura mais importante, com produção anual de 9 milhões de toneladas. Também se destacam trigo, girassol, açúcar, frutas temperadas e tropicais, vinhos (8º produtor mundial), madeira e polpa de madeira. O setor pecuário também é bem desenvolvido, com criação de gado bovino, para carne e leite; ovelhas e caprinos; aves e suínos. O país produz 85% de todas as carnes consumidas e é um tradicional exportador de lã. O turismo é uma grande fonte de ingressos na África do Sul, em particular, na exploração

da vida selvagem em parques nacionais e reservas particulares, além da criação de animais para reservas e exportação de troféus de caça. A criação de avestruzes é uma importante atividade econômica, muito embora um recente surto de gripe aviária tenha afetado severamente o setor, interrompendo a venda de carne para a União Europeia, responsável por 80% das exportações do país.

A União Europeia é o maior mercado de destino dos produtos agrícolas sul-africanos, principalmente Holanda (11%), Reino Unido (9%) e Alemanha (4%); seguidos por países africanos como Zimbábue (8%), Moçambique (6%) e Angola (3%).

### Balanco comercial bilateral

As exportações brasileiras para a África do Sul em 2010 ascenderam a US\$ 1,3 bilhão e as importações a US\$ 753,3 milhões. Isso significou um incremento de 4% das exportações brasileiras comparadas com 2009 e um aumento significativo de 73,9% das exportações da África do Sul, o que ocasionou uma redução de 32,6% no superávit de 2010, de US\$ 556,6 milhões, em comparação com 2009.

Em 2010, o Brasil exportou US\$ 451,7 milhões em produtos agropecuários para a África do Sul, sendo os principais a carne de frango, o açúcar e etanol, o fumo e o trigo.

Principais produtos agropecuários brasileiros exportados para a África do Sul em 2010	
Produto	Valor (US\$)
Carne de frango	183.400.000
Açúcar/Etanol	58.800.000
Fumo	43.600.673
Trigo	23.387.174

### Desafios e oportunidades

O maior desafio no comércio bilateral agrícola com a África do Sul é o setor de carnes. Desde o surto de febre aftosa ocorrido no Brasil em 2005, as negociações para a reabertura do mercado para a carne bovina e suína têm sido difíceis e morosas, com reiteradas solicitações de detalhes técnicos acerca da condição sanitária dos rebanhos brasileiros e pressão brasileira junto à OMC, em Genebra.

Foi somente em agosto de 2010 que a África do Sul reabriu o mercado para a carne bovina sem osso, mas a retomada do volume de exportações nos patamares anteriores a 2005 ainda está longe de ser alcançada. É provável que o Brasil retome uma posição de destaque no mercado de carnes sul-africano após a abertura para a carne com osso, o que poderá ocorrer ainda este ano, considerando-se o avançado estágio das negociações.

As negociações para a reabertura do mercado sul-africano para a carne suína foram mais difíceis que o previsto, com questionamentos técnicos adicionais por parte das autoridades sul-africanas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) recorreu à OMC em 2010 com preocupações comerciais específicas e solicitou reuniões bilaterais paralelas sobre o tema no Comitê sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS). Assim como outros países, a África do Sul vem tentando proteger seu mercado interno, de forma a garantir espaço para seus produtores. Essa situação se mostra ainda mais sensível, graças ao momento vivido pelo país no que se refere à política agrária, em que produtores familiares negros têm sido estimulados por meio de um complicado processo de reforma agrária e redistribuição de terras.

No fim de 2010, os ministros da Indústria e Comércio dos dois países concorda-

ram, em uma reunião conjunta, em colocar como prioridade da pauta de comércio bilateral agrícola a carne suína brasileira e os vinhos sul-africanos por meio do mecanismo *Fast Track*. Depois de várias tentativas de agendar a vinda de uma missão brasileira do Mapa para discutir os dois temas com as contrapartes sul-africanas, uma reunião conjunta ocorreu na última semana de junho, e houve um compromisso da reabertura do mercado para a carne suína brasileira. As negociações estão sendo finalizadas, e espera-se que o Brasil retome as exportações a partir do segundo semestre e reconquiste uma fatia significativa do mercado sul-africano.

A carne de frango é o principal produto do agronegócio brasileiro exportado para a África do Sul. Em 2010, o Brasil forneceu 70% do produto importado pelo país, correspondentes a 13% do mercado interno. A indústria avícola sul-africana, representada pela Southern African Poultry Association (Sapa), tem enfrentado muitos problemas em razão do aumento do custo do milho no mercado interno, com elevação dos custos de produção, e de escândalos noticiados na mídia local, com injeção de salmoura na carne de frango congelado acima de 20%, o valor máximo permitido no país. Existe certo nervosismo da indústria avícola sul-africana em relação às importações pela falta de competitividade do setor, ainda mais se considerando a desgravação tarifária progressiva dos produtos importados da União Europeia resultante do acordo de preferência tarifária (TDCA), que entrou em vigor em 01/05/2004 e que dá uma vantagem competitiva muito grande à carne de frango europeia.

Com todas essas dificuldades, o mercado sul-africano oferece muitas possibilidades e oportunidades para o agronegócio brasileiro. Os setores tradicionais de

exportação, como de açúcar, tabaco e derivados de soja, podem ampliar sua participação no mercado à medida que o país expande sua economia e amplia seu mercado consumidor interno. Além disso, a África do Sul tem uma grande influência econômica regional, exportando muitos produtos agrícolas para países vizinhos, como Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, além de ter filiais de redes de varejo nos demais países da região.

Tradicionalmente, a África do Sul é importadora de cereais, como trigo e arroz; óleo e torta de soja; açúcar; tabaco; carnes bovina, suína e de aves; bebidas e destilados; cacau; gorduras animal e vegetal, como margarina e óleo de palma; e alimentos processados, entre outros produtos. Todos esses produtos e setores representam possibilidades para exportação para empresas brasileiras, principalmente soja e derivados, cujo principal fornecedor atualmente é a Argentina.

Desde o ano passado, o Mapa vem estimulando as empresas brasileiras do agronegócio a participarem da Saitex/Big Seven, uma das maiores feiras de alimentos do continente africano, que ocorre anualmente em Johannesburgo no mês de julho.

Os principais produtos expostos na feira são cereais, farinhas, amidos e preparados; óleos vegetais; produtos lácteos e derivados; bebidas alcoólicas e não alcoólicas; sucos de frutas; frutas e hortaliças frescas, secas, congeladas e desidratadas; sorvetes; preparados de carne, pescados ou crustáceos; café e chá; doces e confeitados; temperos, molhos, condimentos, sopas e outros preparados; achocolatados e derivados de cacau, entre outros. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores e não das instituições que representam.

1. Adido Agrícola em Pretória  
2. Primeira Secretária/Secom



## Crédito para cadeia da laranja

# Cura das feridas?

Gustavo Aguiar<sup>1</sup>  
Rafael Ribeiro<sup>2</sup>  
Alcides Torres<sup>3</sup>

O PLANO Agrícola e Pecuário 2011/12 terá uma linha de crédito específica para a citricultura.

O objetivo da Linha Especial de Crédito (LEC), que deverá disponibilizar R\$ 300 milhões, a juros de 6,75% ao ano, é apoiar a estocagem de suco de laranja pela indústria.

A estimativa é que consigam estocar 240 mil toneladas de suco, um volume equivalente a 20% do que é exportado anualmente pelo País.

A safra 2011/12 de laranja deve ser uma das maiores já registradas. Para esta safra, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a estimativa é que sejam colhidas 355 milhões de caixas de 40,8 kg.

Diante disso, o governo federal busca intervir no mercado. Mediante a "LEC da laranja", a expectativa é reduzir a flutua-

ção dos preços do produto e permitir melhor remuneração dos elos da cadeia para a próxima safra.

A indústria que desejar ter acesso à linha de crédito deverá pagar o preço mínimo definido pelo governo, de R\$ 10,00 por caixa. No entanto, as indústrias declararam que os produtores terão participação no preço de venda do suco de laranja caso este supere US\$ 2.100,00/t no mercado internacional.

O preço de exportação será formado segundo a seguinte ponderação: 80% através do preço de venda informado pelas indústrias e 20% através do preço na Bolsa de Nova York.

Segundo informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Esalq/USP (Cepea), apesar de essa participação ser paga apenas no final da

safra (a partir de junho de 2012), as processadoras já garantiram aos produtores pelo menos R\$ 0,50/caixa em todos os contratos fechados nesse padrão. Assim, o piso para esses contratos já pode ser considerado de R\$ 10,50/caixa.

### Decisões difíceis

Parece que nenhuma decisão acontece facilmente na cadeia da laranja. A definição do preço mínimo foi mais uma delas.

A discussão começou já diante de um impasse. A indústria propôs um preço mínimo de R\$ 9,00 por caixa, e os produtores propuseram R\$ 15,00 por caixa.

No fim, o acordo foi definido, segundo informações divulgadas pela Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), conforme o quadro.

A vantagem desse formato de negociação, segundo participantes da cadeia, seria a de fundar um mecanismo de transição para o Consecitrus, Conselho que calculará um preço de referência para a laranja com base na receita obtida pela venda dos produtos originados de citrus pela indústria.

### Vai pagar a conta?

Para a safra 2011/12, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projeta um custo operacional total de R\$ 11,71/caixa.

Com os parâmetros citados, somente a partir de uma cotação de aproximada-

mente US\$ 2,3 mil por tonelada de suco é que a cotação mínima ultrapassa os R\$ 11,00 por caixa, preço mínimo garantido pelo acordo.

Para que os custos, os calculados pela Conab, sejam cobertos, o suco tem de custar pelo menos US\$ 2,57 mil/tonelada.

No fechamento deste texto, a tonelada de suco de laranja estava cotada em US\$ 2,79 mil na Bolsa de Nova York.

Considerando somente o preço da bolsa para o cálculo da premiação, nos preços vigentes, de acordo com os parâmetros da LEC da laranja, temos uma caixa de R\$ 12,28, valor 4,8% menor do que a média do preço pago pela indústria em 2010.

A desconfiança dos produtores é grande, sobretudo pelo peso de 80% do preço de venda informado pela indústria na definição da premiação (valor da exportação para a Europa).

O que se percebe é que os problemas de relacionamento não foram superados.

Somente a partir do ponto em que os benefícios concretos das políticas adotadas – sejam através de programas de financiamento ou da implantação do Consecitrus – sejam sentidos pelos produtores é que as velhas feridas começarão a fechar. ■

1. Zootecnista
2. Zootecnista
3. Engenheiro agrônomo

## Acordo para a laranja

- a) Preço fixado em R\$ 10,50 por caixa de 40,8 kg: sendo R\$ 10,00 de preço referência e R\$ 0,50 de participação mínima de garantia de venda de suco de laranja.
- b) Participação: os produtores terão direito a um acréscimo no preço da caixa de laranja de US\$ 0,1646 para cada US\$ 100,00 por tonelada de suco quando a média ponderada do preço de comercialização do suco concentrado e congelado de laranja (FCOJ), no período de julho de 2011 a junho de 2012, ultrapassar US\$ 2.100,00 por tonelada. O preço médio ponderado de comercialização será calculado considerando 80% da cotação na Europa, efetivamente entregue e divulgada pela indústria, e 20% com base na média aritmética das cotações da Bolsa de Nova York, descontado o imposto de importação norte-americano. O valor de US\$ 0,1646 por caixa de laranja foi calculado considerando rendimento de 243 caixas de laranja por tonelada de suco e rateio dos ganhos de 60% para indústria e 40% para o produtor.
- c) Garantia de participação: caso a participação descrita no item "b", a ser calculada ao final da safra (julho de 2012), seja inferior a R\$ 0,50 por caixa de laranja, a indústria garantirá o paga-

mento de R\$ 0,50 por caixa de laranja de 40,8 kg a título de participação mínima garantida. Por exemplo: se o resultado final da participação (item "b") for de R\$ 1,00 por caixa de laranja, o produtor terá direito a R\$ 0,50 por caixa de laranja de garantia + R\$ 0,50 de participação, alcançando o preço final de R\$ 11,00 pela caixa de laranja.

- d) Pagamento: o pagamento da participação será efetivado em agosto de 2012, após auditoria e apresentação ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- e) LEC: independentemente das condições de contratação e reembolso fixadas na Resolução CMN nº 3.986/11, ficou acordado com a indústria que o empréstimo que venha a ser tomado pela indústria para formação de estoques de suco não deverá ser quitado antes de 30 de junho de 2012. Em outras palavras, o estoque de suco não poderá ser comercializado na safra 2011/2012. O governo poderá, a qualquer tempo, auditar a quantidade e a qualidade dos estoques de suco, e os produtores poderão, inclusive, solicitar ao Mapa que processe a referida averiguação dos estoques.

## O cooperativismo investe em oportunidades. E a OCB investe no cooperativismo.



De janeiro a maio, as cooperativas brasileiras bateram um novo recorde em exportações: 2,16 bilhões de dólares. Este é apenas um dos dados que deixam clara a importância do cooperativismo para a economia do país. E para promover um movimento de números tão expressivos existe a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A instituição desenvolve estratégias de inteligência comercial para aprimorar e criar oportunidades de negócio para o setor. Assim, as cooperativas podem gerar mais desenvolvimento para um Brasil cada vez mais forte.



Organização das Cooperativas Brasileiras

www.brasilcooperativo.coop.br

## Aquisição de terras por estrangeiros

## Bênção ou maldição?

SEGURANÇA ALIMENTAR é uma das preocupações prioritárias de qualquer autoridade nacional. Como dizia um famoso provérbio bizantino, “a nação que não tem fome pode ter vários problemas; a nação que tem fome tem apenas um”. Com exceção do período em que o mundo conheceu uma de suas piores crises econômicas (2008-2009), desde 2006 as cotações de diversas *commodities* agrícolas têm ficado bem acima de suas médias históricas.

Esta escalada de preços é a responsável por uma série de políticas adotadas por diversos países para tentar garantir uma oferta maior de alimentos para sua população e de matérias-primas básicas para a produção local. Entre essas políticas, merecem destaque as restrições às exportações, o aumento das barreiras comerciais para produtos agrícolas, o questionamento sobre a sustentabilidade social dos biocombustíveis e a intensificação do processo de aquisição de terras por parte de estrangeiros, principalmente em países do Terceiro Mundo.

Este último fenômeno não é novo e já foi tratado aqui na *Agroanalysis* em julho de 2009 no artigo *Terceirizando a terra*. Assim como em 2009, entre os principais demandantes de terras estrangeiras estão os países exportadores de capital com limitada capacidade de atender domesticamente à demanda por alimento de sua população, com especial destaque para os chineses e os exportadores de petróleo do Oriente Médio.

Mas, afinal, é desejável permitir que estrangeiros adquiram terras? A parte favorável argumenta que os estrangeiros podem trazer capital, tecnologia, gerar novos postos de trabalho, melhorar a infraestrutura, aumentar a arrecadação tributária para os governos locais etc. Enfim, argumenta-se que estes capitais po-

dem ser uma oportunidade de desenvolvimento para os países pobres. Os críticos alertam para a possibilidade de esta transação proporcionar apenas exploração da terra com pouco retorno para os cidadãos locais, além de perda da soberania em parte do solo nacional.

Embora o debate não seja novo, havia poucas evidências empíricas avaliando sob quais condições a aquisição de terras por estrangeiros pode ser benéfica ou prejudicial para as nações pobres. Todavia, recentemente, de acordo com a revista *The Economist*, o Banco Mundial publicou um estudo (*Rising Global Interest in Farmland*) que avaliou mais de uma centena de contratos de aquisição de terras por estrangeiros em países pobres ou em desenvolvimento. Em síntese, apesar de encontrar casos de sucesso, na média, os resultados não foram nem um pouco satisfatórios

**Aspectos negativos**

Entre os aspectos negativos apresentados pelo estudo do Banco Mundial, merecem destaque:

- Poucos contratos são públicos, a maioria conta com cláusulas vagas, e os direitos pelo uso da terra dos agricultores tradicionais são frequentemente ignorados;
- Mesmo os contratos com cláusulas mais claras a respeito das obrigações das partes quanto ao uso da terra e quanto às contrapartidas exigidas para a execução do acordo (geralmente, projetos sociais ou de infraestrutura), frequentemente, não são integralmente cumpridos;
- Da mesma forma, poucos contratos realmente conseguiram gerar empregos em número razoável para as populações locais. Geralmente, os

empregos gerados são aqueles que exigem baixíssima qualificação e, conseqüentemente, baixíssima remuneração. Para os empregos mais qualificados, frequentemente, são contratados trabalhadores estrangeiros. No entanto, não são raros os casos em que mesmo os empregos mais simples são ocupados por trabalhadores estrangeiros em detrimento da força de trabalho local.

De acordo com a pesquisa do Banco Mundial, a raiz desses problemas está no reduzido grau de desenvolvimento do mercado de terras e da respectiva legislação nesses países pobres. Desta forma, é difícil desenhar um contrato favorável também às comunidades locais e garantir o cumprimento de suas cláusulas. Em outras palavras, as instituições públicas desses países geralmente são incapazes de assegurar benefícios para as populações locais ou a preservação do seu meio ambiente.

**Aspectos positivos**

Há três casos de sucesso apresentados no estudo que realmente merecem ser citados. Dois deles ocorreram, respectivamente, na Ucrânia e no México. Em ambos, foi possível reduzir a migração rural para os grandes centros, e os contratantes foram obrigados a adquirir matéria-prima e alguns insumos básicos da população local.

O terceiro, e mais notável, aconteceu em Madagascar. Uma empresa sul-coreana adquiriu praticamente metade da terra arável do país. Em razão dos intensos protestos realizados pela população antes que o governo autorizasse a assinatura do acordo, os investidores se comprometeram a financiar, como contrapartida, projetos sociais, além de construir escolas e unidade de saúde. ■

## Mudanças climáticas

## Novos desafios para a agricultura

AS DISCUSSÕES sobre a existência e a intensidade das mudanças climáticas causadas pela ação humana geralmente se baseiam em comparações entre registros climáticos de vastos períodos de tempo, muitas vezes incluindo diferentes eras geológicas. Pesquisadores utilizam evidências naturalmente preservadas no gelo ou em outros ambientes protegidos de forma a realizar comparações mais amplas e, assim, analisar as tendências, isolando as interferências conjunturais. Apesar de a agricultura ser uma atividade antiga e amplamente sujeita a fenômenos climáticos, podendo trazer evidências interessantes para estes estudos, o período relativamente recente em que a agricultura passou a ser quantificada dificulta comparações mais amplas que permitam captar os efeitos das mudanças climáticas.

Contudo, artigo publicado na revista *The Economist*, na edição de maio de 2011, revela que a comparação entre as safras agrícolas já permite identificar efeitos das mudanças climáticas sobre a produtividade agrícola. Estudo conduzido por pesquisadores ligados às prestigiosas universidades Stanford e Columbia e publicado na revista *Science* comparou as precipitações e as temperaturas em diferentes áreas com forte vocação para produção de trigo, milho, arroz e soja, culturas que totalizam 75% das calorias consumidas pela humanidade de forma direta ou por meio de alimentação de criações. A análise mostrou que nos 29 anos que se seguiram a 1979 todas essas áreas se tornaram consideravelmente mais aquecidas, sem exceções. O volume de chuvas também se reduziu na maior parte dessas áreas. Os pesquisadores construíram cenários a partir de modelos que preveem qual seria a produtividade se mantidas as condições

de temperatura e umidade. Foram isolados efeitos de avanços tecnológicos.

Os resultados mostraram que trigo e milho tiveram suas produções reduzidas em 5,5% e 3,8%, respectivamente. No caso da soja, não se encontrou um efeito em escala global, observando-se aumentos e reduções da produtividade em diferentes regiões. No caso do arroz, houve maior produtividade em regiões de maior latitude, o que pode ser explicado pelo aumento das temperaturas, cujos efeitos positivos sobre a produtividade compensam os efeitos negativos da menor precipitação.

O trabalho apresenta algumas limitações, por considerar a produção agrícola de forma estática, ignorando as mudanças no uso da terra e outras estratégias adaptativas dos agricultores em função das mudanças climáticas. Ao considerar as mudanças da produtividade ano a ano, esta pesquisa poderia estar negligenciando efeitos mais prolongados de mudanças climáticas sobre a agricultura. Efeitos indiretos, como a maior incidência de tempestades, que podem causar a destruição das lavouras, também ficam fora das contas dos pesquisadores.

Apesar dessas limitações, o estudo chama a atenção por mostrar que mudanças climáticas já podem estar afetando a agricultura, e esse fenômeno é mensurável mesmo em um período relativamente curto de tempo (menos de 30 anos). Mesmo concluindo que o efeito é ainda pequeno, sendo amplamente compensado pelo aumento da produtividade agrícola observado após a revolução verde, o resultado desse estudo traz preocupação em relação aos efeitos futuros que essas mudanças poderão causar sobre a produção de alimentos.

Antes que os alarmistas se manifestem e o fantasma malthusiano seja ressuscitado, vale mencionar outro estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Amsterdã demonstrando que, mesmo se a produtividade agrícola parasse de crescer, melhorias na infraestrutura e logística da pós-colheita e mecanismos que permitam o melhor funcionamento dos mercados poderiam elevar a quantidade de alimentos disponíveis em proporções consideráveis.

Os biocombustíveis também são considerados nesta discussão. Segundo dados do Peterson Institute of International Economics, pelo menos 4% da produção de grãos mundial estão sendo usados para produção de etanol. Como a maior parte da demanda por este produto é puxada pelos mandatos das políticas estatais, a simples suspensão dessas políticas já elevaria a oferta de grãos para a alimentação. Contudo, não se pode ignorar que o fim das políticas para biocombustíveis reduziria os preços do milho, o que deve diminuir a produção deste produto.

De toda forma, mesmo que seja possível compensar os efeitos das mudanças climáticas sobre a agricultura, os preços dos alimentos devem continuar sua escalada, o que em nada ajuda os mais de 1 bilhão de pessoas que já sofrem de desnutrição. Segundo o estudo publicado na *Science*, as mudanças climáticas devem criar um aumento de até 5% nos preços das principais *commodities* alimentares, o que representa mais de US\$ 50 bilhões de gastos extras anualmente. Assim, ainda que os alimentos continuem disponíveis, o acesso pelas populações mais carentes pode ser comprometido pelos fenômenos climáticos. E nada garante que esses efeitos não irão piorar nos próximos anos. ■



Exportação de frutas

# Competitividade brasileira

José Guilherme A. Nogueira<sup>1</sup>  
Marcos Fava Neves<sup>2</sup>

A UNIÃO Europeia e os EUA são os principais parceiros brasileiros na exportação de frutas e derivados. De acordo com o Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), em 2009, esses dois destinos representaram cerca de 75% das exportações nacionais desses produtos. Apesar desses números, alguns fatores estão ameaçando a comercialização de frutas e derivados nacionais no mercado internacional, deixando o setor em estado de alerta.

Dados do mesmo instituto revelam a necessidade de aumentar a participação do Brasil nas importações de frutas e derivados dos principais países consumidores, com destaque para Alemanha, Canadá, Emirados Árabes e Estados Unidos. A média das importações de frutas nacionais desses países em 2009 foi menor do que 2% (não está sendo considerado suco de laranja) – número muito abaixo das expectativas para um país que é e que pretende se manter como referência na produção mundial de alimentos.

Na realidade, essa situação é ainda mais grave: as exportações do Brasil de frutas *in natura* para esses países estão caindo. Em comparação com 2007, salvo poucos produtos como manga e uva, as frutas brasileiras sofreram com a baixa demanda nos países desenvolvidos.

Os números sobre as importações de frutas da União Europeia revelam o que o Brasil tem enfrentado nos dias atuais: grande competição com novos e tradicionais países exportadores, tais como Chile, África do Sul, Nova Zelândia, Índia, EUA e Colômbia. Esses países são exemplos dos que vêm expandindo sua oferta e a distribuição de frutas rapidamente, tornando-se mais competitivos devido:

- à alta tecnologia aplicada nos pomares;
- ao custo de produção;
- aos melhores prazos de pagamento; e
- às relações comerciais entre esses países.

União Europeia: volume e variação nas importações						
Frutas	Importações do Brasil			Importações Totais		
	2007	2009	Variação %	2007	2009	Variação %
Abacaxi	26.367	24.688	-6	830.000	919.813	11
Banana	85.865	58.315	-32	4.691.685	4.854.558	3
Laranja	34.066	24.921	-27	1.025.768	1.006.003	-2
Limão Taiti	50.937	48.810	-4	68.057	69.962	3
Maçã	104.767	95.992	-8	909.385	789.364	-13
Manga	83.025	95.322	15	211.943	228.864	8
Melão	192.303	181.874	-5	366.102	347.111	-5
Papaia	24.660	23.273	-6	36.520	35.940	-2
Uva de mesa	58.516	611.923	946	51.189	617.128	1.106

Fonte: Ibraf 2010

Comparativo de tarifas da União Europeia graças a acordos comerciais					
Fruta	Chile	México	África do Sul	Brasil	Outros
	Tarifa	Tarifa	Tarifa	Tarifa	Tarifa
Abacaxi	0,00%	2,10%	1,90%	2,30%	5,80%
Limão	2,50%	0,00%	6,40%	8,90%	12,80%
Melão	1,70%	2,70%	2,80%	5,30%	8,80%
Melancia	1,70%	2,90%	2,80%	5,30%	8,80%

Fonte: Ibraf 2010

Do lado de cá, nossos exportadores enfrentam forte descapitalização, graças ao aumento dos custos de produção, às altas taxas de juros cobradas pelos agentes financeiros buscando créditos, à logística e infraestrutura precárias, entre outros.

Se não bastassem os fatores de produção, há ainda forte tendência de criação de parcerias entre países que operam grandes redes de varejo com seus fornecedores, como ocorre na França e nos EUA. Varejistas europeus e norte-americanos estão buscando cada vez mais contratos com fornecedores locais para garantir o fornecimento contínuo de alimentos e fomentar a economia local.

Nessa conjuntura, nossos produtores têm de se esforçar para buscar novos canais e novas formas de comercialização dos produtos para garantir a sobrevivência.

Somadas a esses entraves, as barreiras que afetam as exportações nacionais de frutas e derivados estão cada vez mais rígidas: quotas de importação, direitos *antidumping*, direitos compensatórios e medidas de proteção são algumas formas de dificultar a entrada dos produtos brasileiros nesses países.

Em relação às barreiras comerciais enfrentadas pelo Brasil, é grande a diferença entre as tarifas cobradas dos nossos produtores e aquelas cobradas dos países que possuem acordos com a União Europeia.

A tabela abaixo revela uma gama maior de produtos e suas comparações com o Brasil. Vantagens tarifárias dos países andinos e centro-americanos em relação ao Brasil chegam a ser de 33,6% em tarifas, como é o caso do suco de abacaxi.

Se comparado a outros países, o Brasil possui tarifas menores, mas quando confrontado com os países do chamado Pacto Andino, que são alguns de seus principais competidores e detêm forte atuação no mercado de frutas e derivados, as tarifas aplicadas aos produtos brasileiros afetam diretamente a nossa competitividade e fortalecem o crescimento da fruticultura nesses países.

Nos dias atuais, os mercados importadores operam com fortes pressões sobre preço, qualidade e regularidade em relação ao abastecimento das frutas em seus países. Se depender da logística brasileira para a exportação de frutas, isso ainda permanecerá em situação crítica por um bom tempo.

## Possíveis ações

Em se tratando da melhoria da competitividade do setor de frutas e derivados, o setor de frutas (e outros setores ligados à exportação) exige capacidade de criar e manter estruturas de produção e logística que permitam satisfazer os requisitos de um mercado internacional extremamente exigente. Nesse sentido, a conquista de novos mercados consumidores é uma estratégia eficaz e implica na existência de estruturas que tenham uma grande eficiência operacional, que possibilitem garantir a manutenção da regularidade e a busca pela qualidade de produtos com características compatíveis com a demanda e as preferências dos consumidores em outras regiões pouco exploradas, como Oriente Médio, Leste Europeu e países asiáticos.

O acesso a esses mercados ainda é um grande problema enfrentado pelos fruticultores brasileiros. As negociações internacionais sobre os fatores que decidem as

políticas de entrada das frutas brasileiras devem ser encabeçadas por instituições governamentais, porque muitos países, como o Japão, só aceitam negociações de governo para governo. Vê-se, então, a necessidade de integração mais forte entre os ministérios do Brasil e dos países para os quais se exporta ou se deseja exportar para fortalecer os laços comerciais.

Uma luz para a sobrevivência e a competitividade da fruticultura brasileira poderá ser a conquista do acesso a novos mercados por empresas brasileiras, cooperação e fortalecimento de associações de produtores, agindo de forma pujante para a necessidade de negociação de tarifas de importação como um dos principais objetivos para possibilitar o aumento e a permanência das exportações de frutas e derivados para os próximos anos. ■

1. Consultor e Pesquisador em Marketing e Estratégia – Markestrat/USP  
2. Professor Titular FEA/USP, coordenador Markestrat/USP

Comparação das barreiras tarifárias da União Europeia: países do Pacto Andino e América Central, Brasil e Terceiros Países.			
Produto	Tarifa		
	Países do Pacto Andino e América Central	Brasil	Terceiros Países
Abacaxi fresco	0%	2,3%	5,8%
Abacate fresco	0%	0%	4,0%
Limão Taiti fresco	0%	8,9%	12,8%
Melão fresco	0%	5,3%	8,8%
Melancia fresca	0%	5,3%	8,8%
Polpa de frutas tropicais	0%	15,0%	15,0%
Suco de abacaxi Brix > 67	0%	33,6%	33,6%
Suco de abacaxi Brix ≤ 67 e > 20 sem açúcar	0%	15,2%	15,2%
Suco de abacaxi Brix ≤ 20 sem açúcar	0%	16,0%	16,0%
Suco de abacaxi Brix ≤ 20 com açúcar	0%	15,2%	15,2%
Suco de outras frutas tropicais Brix > 67	0%	21,0%	21,0%
Suco de outras frutas tropicais Brix ≤ 67			
açúcar ≤ 30% em peso	0%	10,5%	10,5%
Suco de outras frutas tropicais Brix ≤ 67 (exceto goiaba) sem açúcar	0%	11,0%	11,0%
Sucos de maracujá e goiaba Brix ≤ açúcar 30% em peso	0% + 12,9 EUR/100 kg	10,5% + 12,9 EUR/100 kg	10,5% + 12,9 EUR/100 kg
Sucos de outras frutas tropicais * Brix ≤ 67 açúcar 30 % em peso		10,5% + 12,9 EUR/100 kg	10,5% + 12,9 EUR/100 kg
Suco de goiaba Brix ≤ 67 sem açúcar	0%	11,0%	
Suco de outras frutas tropicais Brix ≤ 67 sem açúcar	0%	11,0%	11,0%

Fonte: Ibraf 2010

Crise econômica atual

## Oportunidades de negócio

Cleber Lima Guarany\*

NOS ÚLTIMOS tempos, temos assistido às agruras econômicas do mundo desenvolvido na luta para derrotar o fantasma da recessão. A Europa agora é o centro das atenções, tendo como pano de fundo a tragédia grega, que fatalmente levará ao *default* da economia da Grécia, obrigando seus principais credores, digam-se bancos franceses e alemães, a renegociarem seus títulos com perspectivas de mais longo prazo e taxas menores. O fantasma desse evento se repetindo em outros países da zona do euro permanecerá sendo a assombração das principais economias europeias nos próximos anos.

Esta conjuntura permite uma reflexão sobre a grande oportunidade que os países do Hemisfério Sul, com certo grau de estabilidade política e econômica, apresentam para os investidores que precisam recuperar suas perdas financeiras, oriundas da crise econômica que atingiu o mundo desenvolvido.

Existem dois importantes insumos básicos que deverão sustentar os desafios, político, econômico e social, nos próximos anos no mundo: energia e alimento. Esses desafios levarão a uma mudança na geopolítica mundial, fazendo com que economias em desenvolvimento recebam fluxos de investimentos cada vez maiores. Não falo somente dos Brics, mas também de outros países com disponibilidade de terras e água para impulsionar a produção de alimentos e da agroenergia.

Esses países, localizados em sua maioria na América Latina e África, passarão a ter uma importância para a estabilidade mundial à medida que suas cadeias de produção de energia e alimentos cresçam e adquiram massa crítica para suprir tanto países com economias pujantes, como China e Índia, como países com aumen-

to populacional acelerado como Nigéria, Uganda, Angola, entre outros.

Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, juntos, concentram mais de 80% da produção de soja do mundo, e isso equivale de 80 a 85 milhões de hectares de plantio. Os países da África oriental, como, por exemplo, Tanzânia, Moçambique, Zâmbia, Quênia e Malawi, que atualmente não participam desse esforço de produção, teriam condições de entrar nesse mercado, ampliando o atual volume mundial de produção de soja em mais de 25%, considerando apenas a utilização de áreas abandonadas e degradadas.

Não podemos esquecer que a cadeia da soja é de fundamental importância para o desenvolvimento da cadeia de produção de proteína animal, como aves e suínos, o que seria importante não somente para abastecer o continente africano, mas também para colaborar muito para as demandas crescentes da Ásia.

Por sua vez, o milho, que tem uma área de plantio no mundo por volta de 160 milhões de hectares, também poderia ter a sua expansão de produção ocorrendo facilmente na América do Sul e África. Segundo as projeções do Food and Agricultural Policy Research Institute (Fapri), a área de plantio deverá aumentar em 30% até 2025, impulsionada pelo aumento de produtividade da ordem de 22%, o que significa um aumento efetivo da ordem de 200 milhões de toneladas/ano de produção do grão.

Outras culturas alimentares básicas como arroz, feijão, mandioca, entre outras, podem ter seus volumes multiplicados rapidamente em conjunto com culturas energéticas para produção de etanol, biodiesel e biomassa.

Para produção de alimentos, o desenvolvimento da agroenergia representa um papel crucial, uma vez que os custos

de energia representam algo em torno de 30% dos custos totais da produção agrícola. Culturas energéticas para produção de combustível líquido e energia como a cana-de-açúcar, por exemplo, podem colaborar para produções sustentáveis e competitivas.

O desenvolvimento da agroenergia no Hemisfério Sul também pode colaborar para os enormes desafios que a Europa e a Ásia enfrentarão para encontrar fontes limpas de energia.

A produção de biomassa é uma excelente opção de curto prazo. Além da cana-de-açúcar, o capim-elefante tem se mostrado uma opção interessante de produção de biomassa para geração de energia elétrica e vapor. Convertido em briquetes ou *pellets*, esse produto pode abastecer termoeletricas em todo o mundo e diminuir os constrangimentos criados pela energia nuclear ou aquela gerada por carvão mineral. Em países como Japão, China e Alemanha, a biomassa é uma solução segura e confiável.

A crise econômica que assola as principais economias mundiais pode significar uma grande oportunidade para os investidores que amarguram perdas com a especulação financeira dos últimos anos e que agora têm possibilidades de investimentos em projetos concretos de produção de insumos absolutamente essenciais para a humanidade: energia e alimentos.

Esses investimentos beneficiarão não somente as economias dos países que receberão esses investimentos, através da cadeia de valor envolvida nesses setores, mas também em uma perspectiva mais ampla, a economia global como um todo, contribuindo para erradicação da miséria e estabilidade mundial. ■

\* Coordenador de projetos da FGV Projetos



**NO MUNDO DOS NEGÓCIOS,  
CONTAR COM O CONHECIMENTO  
DA FGV PROJETOS  
É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.**

**FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.**

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getúlio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

[www.fgv.br/fgvprojetos](http://www.fgv.br/fgvprojetos)



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
**FGV PROJETOS**

Mais conteúdo,  
melhores soluções.



## Etanol

# Firmeza para garantir abastecimento

Plinio Mario Nastari\*

DESDE MARÇO último, têm surgido boatos no noticiário diário a respeito de possíveis medidas em gestação em Brasília envolvendo o setor de açúcar e etanol. Hipóteses já circularam com razoável alarde sobre a possibilidade de:

- redução no atual teor de mistura de etanol anidro na gasolina, de 25% em volume, para o limite inferior recentemente alterado para baixo, de 18%; e
- elevação da alíquota do imposto de exportação de açúcar, que atualmente é zero.

Em realidade, nenhuma palavra oficial do governo foi dada a respeito dessas medidas, ou sequer se as mesmas estariam sendo consideradas. De concreto, a única medida adotada foi a proposta de regulação divulgada pela Agência Nacional de Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP), que já comentamos anteriormente, e que, em nossa opinião, caminha na direção correta, principalmente por estimular a comercialização de etanol – pelo menos o anidro, até este momento – através de contratos. Esta medida deve reduzir a volatilidade de preços e contribuirá para uma maior segurança do abastecimento interno.

Até antes do surgimento dos veículos flexíveis no Brasil, avanço tecnológico que representa grande feito da engenharia automotiva nacional, a alteração do teor de mistura de etanol anidro na gasolina era, na verdade, o único instrumento de ajuste do balanço oferta-demanda de açúcar e etanol no Brasil. O fato que a frota de veículos leves era composta de carros a gasolina ou a álcool fazia com que a demanda de combustíveis fosse, no curto prazo, inelástica a variações de preço.

As vendas de veículos *flex*, iniciadas a partir de março de 2003, fizeram com

que a frota passasse a ser crescentemente *flex*, atingindo estimados 42% da frota total em dezembro de 2010, proporção que continua subindo impulsionada por vendas de veículos *flex*, que representam mais de 85% das vendas totais.

A frota crescentemente *flex* trouxe inédita e bem-vinda maior elasticidade-preço da demanda de combustíveis, observada nitidamente pela resposta dos consumidores à elevação de preços do etanol hidratado nas bombas, verificada nos meses de fevereiro a abril de 2011. O mercado passou a ser regulado pelo preço relativo entre a gasolina C (contendo etanol anidro em mistura) e o etanol hidratado aos consumidores.

A demanda potencial de etanol vem crescendo junto com a frota *flex*, que passou a ser um “sumidouro de sacarose” (em inglês poderíamos denominar *sugar sink*), capaz de absorver volumes significativos de açúcares totais, ou cana-de-açúcar. Com ela, o Brasil se transforma definitivamente no principal efeito estabilizador do mercado mundial de etanol e açúcar, este último reconhecido como o de preço mais volátil dentre as *soft commodities*, pela capacidade de absorver ou liberar volumes importantes de sacarose, ou cana, para açúcar e/ou etanol dentro dos limites definidos no curto prazo pela flexibilidade industrial.

Não por outro motivo, os investimentos industriais têm se concentrado no aumento da flexibilidade industrial, menos na expansão da capacidade de moagem, e mais no aumento da capacidade de fabricação de açúcar e de etanol anidro, produtos que têm indicado preços de equivalência maiores que os do hidratado, pelo menos desde janeiro de 2009.

A atual safra de cana, de 2011/12, está sendo fortemente impactada por condi-

ções climáticas atípicas. As canas disponíveis para moagem na primeira metade da safra sofreram os efeitos da seca de 2010. Nas duas safras anteriores, havia cana bisada, e até trisada, elevando o volume de cana disponível. Em 2011, este contingente é bem menor, deixando aparente a quebra de rendimento agrícola advinda de tratamentos culturais deficientes desde 2008. A compactação de solo ocasionada pela colheita em condições de umidade excessiva no fim de 2009 começa a cobrar o seu efeito. Somam-se aos efeitos climáticos a infestação acima do normal de broca, do besouro *Migdolus*, e de *Sphenophorus* levis, além da ferrugem alaranjada que também está atacando as variedades suscetíveis à doença.

Como se tudo isso não bastasse, no fim de junho e começo de julho, os canaviais de regiões importantes do Paraná, Mato Grosso do Sul e oeste de São Paulo sofreram com geadas, o que tem obrigado produtores a colherem canas que ainda não haviam completado o seu ciclo vegetativo.

Esses fatos têm afetado estimativas de safra e as perspectivas de produção de açúcar e de etanol no principal país produtor de cana do mundo. Foi por isso que o preço do açúcar cru a granel cotado na Bolsa de Nova York passou de 22 centavos de dólar por libra-peso, no começo de junho, para mais de 30 centavos de dólar por libra-peso em meados de julho.

A prioridade da produção entre açúcar, anidro e hidratado está definida pelos preços relativos de cada produto, nessa ordem. Ela já foi diferente: entre 2007 e 2008, os produtos que mais remuneraram a produção foram o anidro, o hidratado e, por último, o açúcar. A capacidade de a produção se adaptar às condições do mercado e produzir o bem que mais



remunera é a grande força da indústria brasileira e o motor que tem trazido investimentos para expansão da capacidade instalada, apesar da elevação sensível dos custos de produção.

Apesar de todos os percalços da safra 2011/12, observamos que os produtores estão priorizando até o limite possível a produção de etanol anidro a ser misturado à gasolina. A variável de ajuste deve ser o hidratado, cujo mercado será regulado via preço, livremente determinado pela competição entre os agentes de mercado. A menor demanda por hidratado vai implicar maior demanda por gasolina C e, portanto, de etanol anidro.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem exportado, de forma inteligente, aproveitando as condições de mercado, etanol hidratado de cana que se beneficia do prêmio do RIN (Renewable Identification Number), atribuído pelo programa de redução de emissões da Califórnia, e importado etanol anidro de milho, mais barato e que não recebe o prêmio do RIN. Na segunda semana de julho, o preço do anidro importado era de R\$ 1,17 por litro.

É nesse ambiente que têm surgido as notícias, ainda não confirmadas, sobre uma possível redução do teor de anidro na gasolina, de 25% para 18%. Caso implementada, esta medida reduziria a demanda por anidro em 2,34 bilhões de li-

tros por ano. Esta redução iria gerar uma necessidade direta de importação de gasolina em volume equivalente.

Mas um dos problemas reside no fato de que o preço da gasolina definido para venda nas refinarias (R\$ 1,5472 por litro) está cotado a um nível que é hoje 16% abaixo do seu preço no mercado internacional. Considerando o volume envolvido, a importação adicional de gasolina iria causar uma perda para as contas públicas (ou à Petrobras) equivalente a, no mínimo, R\$ 395 milhões por ano.

Enquanto não é confirmada a intenção efetiva do governo em relação à alteração do teor de anidro na gasolina, os produtores permanecem na incerteza. O que o produtor tenta evitar com mais empenho é produzir um produto que não seja comercializado até o final da entressafra, já que a comercialização ainda não é realizada, predominantemente, via contratos. A falta de definição pode, pelo risco que representa, levar a uma produção de etanol menor que aquela que seria gerada, caso seja mantido o teor de mistura nos níveis atuais. A falta de definição pode fazer com que muitos produtores que poderiam estar assegurando, com vantagens comerciais, a importação de etanol anidro mais barato deixem de fazê-lo, perdendo uma oportunidade de mercado, ou que

os volumes hoje disponíveis desapareçam no futuro.

O mercado supridor dos EUA está em transformação, com as discussões atuais sobre a eliminação do subsídio de 45 centavos de dólar por galão e do imposto de importação de 54 centavos de dólar por galão. Dependendo de qual seja a decisão do Congresso norte-americano, o subsídio pode acabar em agosto próximo, no fim de dezembro, ou até acabar com efeito retroativo aos dias atuais. O quase certo é que no primeiro trimestre de 2012 não haverá mais o subsídio, e com isso o preço de mercado seja maior.

A demora na definição sobre qual a real intenção do governo em relação ao teor de mistura pode contribuir para que ocorra uma falta, ou que decisões menos eficientes do ponto de vista de mercado tenham de ser tomadas no futuro. Para que sejam estimulados novos e tão necessários investimentos no setor de açúcar e etanol, o melhor é que não se altere o teor de mistura neste momento; e que uma mensagem clara do governo seja dada para produtores e distribuidoras, mais ou menos na seguinte direção: “a mistura está mantida, organizem-se para que a demanda seja atendida!” ■

\* Mestre e doutor em economia agrícola e presidente da Datagro Consultoria

## Exportação de carne bovina

## Novos terminais portuários brasileiros

Roberto Fray da Silva<sup>1</sup>  
José Vicente Caixeta Filho<sup>2</sup>  
Juliana Domingues Zucchi<sup>3</sup>

A CARNE bovina é de extrema importância para a pauta de exportação brasileira, seja no volume, seja nos valores negociados. No ano de 2009, foram escoadas pelos portos nacionais 5,1 milhões de toneladas do produto, sendo que a carne bovina congelada é o produto mais comum.

De forma resumida, a logística deste produto envolve o transporte rodoviário de contêineres refrigerados dos locais de produção até os portos nacionais, e destes segue por transporte marítimo até os portos de destino. Este artigo é focado na análise de potenciais portos para exportação de carne bovina, bem como na análise de tendências de alguns portos atuais que são de suma importância nesta cadeia. O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiro, é feita a descrição da análise e, em seguida, são apresentados os resultados.

A pesquisa de campo foi realizada pelo Grupo Esalq-LOG durante o ano de 2009, com apoio de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Descrição da análise

Os portos são fundamentais para a exportação de carne bovina, correspondendo a mais de 90% do volume escoado. Para avaliá-los, é necessário levar em consideração uma série de critérios: diferentes modais que possuem acesso ao porto e suas condições de acesso; equipamentos presentes nos terminais portuários; planejamento a curto, médio e longo prazo; investimentos futuros; distância dos locais de produção; gargalos logísticos associados e especialização do



porto na movimentação de determinados produtos. Esses fatores foram levados em consideração durante o levantamento de dados primários e secundários e analisados para avaliar os novos portos potenciais para escoamento de carne bovina.

O crédito fiscal concedido ao produto escoado pelo Estado de São Paulo foi citado na pesquisa de campo como o maior gargalo para o aproveitamento dos novos portos, por ser superior ao dos outros Estados. O tempo de trânsito do produto também foi citado como um dos principais gargalos no uso de outros portos, principalmente no caso de clientes que possuem maiores exigências, como alguns países do Oriente Médio e da União Europeia. Caso os problemas viários brasileiros não forem resolvidos, muitos terminais portuários que permitiriam ganhos de *transit time* não serão acessíveis pelas grandes regiões produtoras de carne bovina, diminuindo seu potencial de uso.

Um fato confirmado na pesquisa de campo foi o de que a baixa profundidade dos portos brasileiros é um gargalo à exportação de contêineres, sendo que a acessibilidade dos portos também foi citada por diversos agentes da cadeia.

## Análise dos novos portos potenciais

1. O Porto de Itaqui (MA) deverá sofrer algumas adaptações, como aquisição de equipamentos voltados a aumentar a eficiência de carregamento, construção de uma rede de tomadas para manter a temperatura dos contêineres e a construção de armazéns frigoríficos na área retroportuária. Espera-se que esse porto se torne relevante para o escoamento de carne bovina brasileira destinada ao mercado externo, principalmente por causa de sua grande profundidade, que possibilita a atracação de navios porta-contêineres de grande porte.

2. O Porto de Ilhéus (BA) não deverá ser usado na movimentação de contêineres, por causa de sua baixa eficiência operacional, da falta de equipamentos e de área.

3. O Porto Sul (BA), projeto do governo federal de um porto *off-shore* na região de Ilhéus (BA), foca no escoamento de carga de alto valor agregado (como é o caso da carga containerizada), competindo com o Porto de Salvador (BA). Esse porto terá acesso rodoviário e ferroviário, através da Ferrovia Oeste-Leste. Caso esta movimentação de contêineres, além de produtos a granel, existe a possibilidade favorável de que o Porto Sul se torne uma rota alternativa para o escoamento de carne bovina no Nordeste brasileiro. Este porto, porém, ainda possui problemas de ordem ambiental e social para sua construção, além dos gargalos clássicos desta região: falta de rodovias de qualidade, distância das indústrias e alto investimento necessário para sua construção.

4. Os portos de Vitória (ES) e Itaguaí (RJ), por não estarem adequando sua infraestrutura para o escoamento de produ-

tos refrigerados, não apresentam grandes perspectivas para a exportação de carga containerizada, eliminando a possibilidade de se tornarem *hub ports*. Os entrevistados acreditam que esses portos continuarão movimentando produtos a granel em grande quantidade, principalmente minério de ferro, dado o fato de que boa parte da movimentação nos mesmos é de produto proveniente da Companhia Vale.

5. O porto de Santos (SP) possui grandes gargalos logísticos, principalmente relacionados a dois fatores: vias de acesso, que precisam obrigatoriamente cruzar a cidade de Santos, o que diminui a velocidade dos modais e causa uma série de complicações (como furtos, por exemplo), e a profundidade insuficiente para atracação de navios de grande porte com mais de 4.500 TEUs (unidade de medida-padrão na movimentação de contêineres – um TEU equivale a um contêiner de 20 pés). Visando sanar esses gargalos, o governo está investindo, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na construção de novas avenidas perimetrais, dragagem e no aumento da área retroportuária. Desse modo, espera-se que esse porto continue predominando como via de escoamento da carne bovina ao mercado externo, graças, principalmente, ao crédito fiscal paulista concedido.

6. No caso dos portos do Sul, dois novos começam a se inserir no contexto da movimentação de carne bovina: o porto de Navegantes (SC) e o porto de Itapoá (SC). Esses portos, assim como Pecém (CE) e Suape (PE), são voltados especialmente para a movimentação de contêineres *reefer* e produtos de alto valor agregado, possuindo grandes possibilidades de se tornarem importantes terminais portuários para exportação de carne congelada, tanto bovina como de aves.

7. O porto de Itapoá (SC) constitui outro projeto de grande interesse para a cadeia de exportação de produtos refrigerados e congelados. A capacidade inicial de operação deste porto é de 300 mil contêineres/ano, com possibilidade de ampliação, ao longo dos próximos anos, para 1 milhão de contêineres/ano. O canal de acesso é o mesmo utilizado pelo porto de

## Portos potenciais para exportação de carne bovina



Fonte: Elaboração dos autores

São Francisco do Sul (SC), porém, segundo as autoridades responsáveis pela obra, o local de instalação do terminal possui profundidade natural de 16 metros, podendo receber navios de até 9.000 TEUs. Os equipamentos previstos na movimentação serão quatro *portainers Post-Panamax* e onze *transtainers*.

8. Um projeto interessante é o da construção de um porto localizado na cidade de Peruíbe (SP), a 70 km da cidade de Santos, possuindo acesso via modais rodoviário e ferroviário. Esse porto, denominado Porto Brasil, será construído por uma empresa privada e será um empreendimento *off-shore*, a 3,5 km da costa. Tem como objetivo se tornar um *hub port* para captação e exportação de contêineres, minérios, soja, açúcar e etanol. A profundidade do canal de acesso, bem como dos berços de atracação do projeto, é de 18,5 metros, o que possibilitaria a atracação de navios de grande porte como os *Post-Panamax* e os *Capesize*, os quais necessitam de profundidade de 18 metros para poderem atracar e carregar sua capacidade máxima. Esse porto terá capacidade anual de movimentação de 4 milhões de contêineres, 15 milhões de toneladas de minério de ferro, 20 milhões de toneladas de grãos sólidos agrícolas, 4 milhões de toneladas de fertilizantes e 10 milhões de m<sup>3</sup> de grãos líquidos.

Para que o potencial de uso desses portos no escoamento de carne bovina se concretize, é necessária a superação dos gargalos logísticos apontados: no caso dos portos, o uso de Parcerias Público-Privadas, com o governo investindo em infraestrutura e as empresas, nos equipamentos e operações; no caso de ferrovias, o investimento do governo através do PAC para acelerar sua construção e posterior licitação às empresas de transporte ferroviário; no caso de rodovias, uma manutenção efetiva das mesmas pelo governo e/ou concessionárias, e no caso das isenções fiscais, uma melhor distribuição das mesmas entre os Estados brasileiros.

Caso esses gargalos sejam superados, a distribuição do escoamento da carga se dará puramente em razão das características logísticas e estratégicas das empresas, e a capacidade do setor de atingir clientes mais exigentes com relação ao *transit time* aumentará, bem como o uso de novos terminais portuários, possibilitando, consequentemente, o desenvolvimento de diversas regiões do País. ■

1. Engenheiro agrônomo pela Esalq/USP – (roberto.fray.silva@gmail.com)

2. Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP – (jvcaixet@esalq.usp.br)

3. Doutora em Economia Aplicada pela Esalq/USP – (zucchi.juliana@gmail.com)



## Produção agrícola

## Benefícios para o clima

Alfredo J. B. Luiz<sup>1</sup>  
Cláudio A. Spadotto<sup>2</sup>

OS PAÍSES desenvolvidos são os principais responsáveis pelo lançamento na atmosfera dos Gases de Efeito Estufa (GEE) apontados como causas das mudanças climáticas globais, pois seu desenvolvimento foi baseado em uma matriz energética altamente dependente de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral).

O Protocolo de Kyoto, iniciativa global para reduzir a emissão dos GEE, classifica os países em dois grupos: os do Anexo I, que têm o compromisso de reduzir as emissões, e os demais que devem monitorá-las e relatá-las. O Brasil, signatário do Protocolo, tem cumprido a tarefa de quantificar e divulgar suas emissões e, como não pertence ao Anexo I, não tem meta de redução em reconhecimento à sua pequena contribuição histórica para o efeito estufa.

Entretanto, a partir da divulgação do inventário brasileiro de emissões, surgiram propostas de estabelecer metas de redução para o Brasil, que se antecipou e foi o primeiro país não pertencente ao Anexo I a propor metas voluntárias de redução de emissão de GEE.

A proposta brasileira, apresentada na COP-16 (Cancún/México), em dezembro de 2010, foi oficializada pelo Decreto nº 7.390, de 9/12/2010, que regulamentou artigos da Lei nº 12.187, de 29/12/2009, e estabeleceu o compromisso voluntário do Brasil em adotar ações visando reduzir entre 36,1% e 38,9% das emissões de GEE projetadas para 2020.

Estima-se para 2020 a emissão de 3.236 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (MtCO<sub>2</sub>eq), composta de:

- a) mudança no uso da terra = 1.404 MtCO<sub>2</sub>eq;
- b) energia = 868 MtCO<sub>2</sub>eq;
- c) agropecuária = 730 MtCO<sub>2</sub>eq; e
- d) processos industriais e tratamento de resíduos = 234 MtCO<sub>2</sub>eq

A redução, portanto, ficará entre 1.168 e 1.259 MtCO<sub>2</sub>eq.

### Metas presentes no Decreto 7.390

#### (1) Redução:

- 80% nos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal em relação à média nos anos de 1996 a 2005;
- 40% nos índices anuais de desmatamento no Cerrado em relação à média nos anos de 1999 a 2008.

#### (2) Expansão

- Fontes alternativas renováveis (centrais eólicas, pequenas hidroelétricas, bioeletricidade e biocombustíveis) e incremento da eficiência energética;
- Integração lavoura-pecuária-floresta: 4 milhões de hectares;
- Expansão do plantio direto na palha: 8 milhões de hectares;
- Fixação biológica de nitrogênio em 5,5 milhões de hectares, em substituição aos fertilizantes nitrogenados;
- Plantio de florestas: 3 milhões de hectares;
- Tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m<sup>3</sup> de dejetos de animais;
- Na siderurgia, da utilização do carvão vegetal de florestas plantadas e melhoria na eficiência do processo de carbonização.

#### (3) Recuperação

- 15 milhões de hectares de pastagens degradadas.

Nota-se que as atividades agropecuárias e florestais, presentes nos dez itens do decreto, serão as principais responsáveis pelo cumprimento das metas nacionais.

É importante ressaltar que nem todas as emissões têm o mesmo significado, e é do interesse dos países em desenvolvimento, produtores de alimentos e fibras,

que elas sejam tratadas de forma diversa. No trato digestivo dos ruminantes existem micro-organismos que auxiliam na digestão, fermentando as fibras vegetais e, no processo, geram gás metano que é exalado junto com a respiração dos animais. O metano é um GEE, mas não se pode aceitar que a sua emissão, provocada pela produção de alimento, seja contabilizada da mesma forma que o GEE emitido pela queima de combustível fóssil.

Ao longo das últimas décadas, a sociedade passou a sinalizar que deseja buscar uma forma de produção agrícola, pecuária e florestal sustentável, menos agressiva ao meio ambiente. Em resposta a isso, a produtividade no campo brasileiro cresceu tanto nos últimos 30 anos, que, em alguns setores, a produção total mais que dobrou sem aumentar a área ocupada. O aumento do plantio direto, sistema no qual o Brasil é líder, tem funcionado como um sumidouro de carbono, fixando-o nos solos. A tecnologia brasileira de substituição de adubos nitrogenados pela fixação biológica do nitrogênio pela soja tem evitado emissões significativas de GEE. Trabalha-se para dar destinação adequada aos dejetos animais, em especial dos suínos, até produzindo gás para geração de energia na propriedade rural. É a agricultura brasileira que produz o álcool combustível e gera energia elétrica com a queima do bagaço. O Brasil tem plantado mais de 600 mil hectares de florestas por ano com tecnologia que garante a maior produtividade de madeira do mundo.

A produção agropecuária e florestal baseada nas boas práticas agrícolas faz parte da solução e não do problema. ■

1. Eng. Agrônomo, Dr., Embrapa Meio Ambiente - alfredo@cnpma.embrapa.br

2. Eng. Agrônomo, Ph.D., Embrapa Monitoramento por Satélite - spadotto@cnpm.embrapa.br

# ESPECIAL APROSOJA



## UM DIÁLOGO ESSENCIAL

Prestes a concluir sua segunda gestão frente à Aprosoja/MT, Glauber Silveira da Silva tem dedicado seu tempo neste ano a ouvir. Calcado sobre uma atuação marcada por ações e projetos de grande vulto, o produtor de Campos de Júlio (MT) mantém a soja em sua pauta cotidiana, conciliando a agenda de Mato Grosso com as demandas que precisa atender enquanto presidente da Aprosoja Brasil, cargo conquistado no ano passado.

Coordenando pessoalmente os conteúdos e a mobilização do Circuito Aprosoja, evento que se tornou nacional agora em 2011, Silveira pôs-se a colher sugestões, anotar críticas, trocar informações e dialogar. Percebeu que a maior parte das necessidades dos produtores que representa converge para temas já trabalhados pela Aprosoja/MT. E identificou que o maior problema a ser superado é a sustentabilidade, tanto econômica quanto social e ambiental.

“Precisamos entender o que o nosso consumidor quer. E o que quer a sociedade. Só depois de termos o quadro geral, poderemos nos posicionar corretamente com as demandas do produtor. Esse diálogo é essencial”, sentencia.

**AGROANALYSIS:** Já é possível traçar algum cenário para o próximo ciclo agrícola?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Teremos algum crescimento na próxima safra, mas não de forma agressiva. Poderíamos estar plantando muito mais, mas temos sérios gargalos. A previsão de aumento continua vindo de Mato Grosso, principalmente, em que projetamos um crescimento de 300 mil hectares na produção de soja e, conseqüentemente, de 300 mil hectares de milho. Essa área da soja virá do reaproveitamento de áreas de pastagens degradadas, principalmente das regiões leste e nordeste do Estado. Não teremos abertura de novas áreas. De forma geral, calculamos um acréscimo de um milhão de hectares com soja no Brasil.

**AGROANALYSIS:** O senhor falou em reaproveitamento de áreas, e a questão da sustentabilidade na produção vem sendo um tópico muito presente no mundo do agronegócio. Para o futuro, o senhor acredita que o caminho é a certificação do produto, como pedem os europeus?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Estivemos em junho na Europa em uma comitiva institucional da Aprosoja exatamente para entender o que o mercado consumidor quer de nós, produtores. Conversamos com fábricas de rações, *tradings*, pesquisadores, ONGs, governos. O resultado foi muito positivo. Foi possível perceber que nem todos os segmentos da nossa cadeia produtiva pensam de forma homogênea. A ONG prioriza um aspecto, o consumidor, outro, o governo dá importância para outro item. Mas apesar dessa pluralidade de demandas, ficou claro que a produção sustentável é um processo sem volta. O consumidor quer



Presidente da Aprosoja, Glauber Silveira destaca avanços conquistados pela entidade

saber como e onde foi produzido o alimento. Na Holanda, por exemplo, existe um programa que definiu que até 2015 toda a produção de ração animal terá que ser feita com produtos certificados. Ou seja: vamos ter que estar prontos para atender às crescentes exigências dos mercados em relação à sustentabilidade. Neste aspecto, programas de melhores práticas da gestão, como o Soja Plus, e de certificação ganham importância. Quanto à certificação, o que tentamos mostrar há algum tempo é que há muitas disparidades entre as realidades dos produtores pelo mundo. Para que um sojicultor possa se certificar, o primeiro passo é cumprir a legislação ambiental do seu país. Mas a legislação brasileira, por exemplo, é complicada, porque coloca na ilegalidade propriedades rurais que têm práticas sustentáveis muito mais avançadas do que a maioria das fazendas dos demais países. Isso ocorre, porque as nossas leis ambientais são obsoletas, confusas e inapropriadas, criando uma enorme insegurança jurídica no campo. Por mais sustentável que possamos vir a ser, as nossas questões internas prejudicam as relações internacionais.

**AGROANALYSIS:** Como os europeus estão vendo o programa Soja Plus?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Os europeus entenderam que o Soja Plus é uma iniciativa que veio somar, uma vez que vai ampliar os níveis de gestão das propriedades rurais, fazendo com que o produtor alcance patamares de desenvolvimento so-

cioeconômico considerados de vanguarda até mesmo para estes países. O Soja Plus é alicerçado em pilares que buscam orientar, incorporar e estimular os produtores a se aprimorarem em diversos temas estratégicos para a gestão rural, como legislação ambiental e trabalhista.

**AGROANALYSIS:** Além da questão ambiental, o alto endividamento é outro tema estratégico para se pensar o futuro da produção agrícola. Esse problema está em que nível hoje?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Temos grandes avanços. O Banco do Brasil realizou um mutirão neste ano para a renegociação de dívidas, flexibilizando a entrada, de forma que o produtor teve condições de se regularizar, dando de entrada de 1% a 5% do valor de sua dívida, e dividindo em até dez anos. Temos informação de que os bancos de fábricas devem ir nesse caminho. É um momento em que os credores perceberam que os produtores têm negócios eficientes e viáveis, que só precisam de prazo e melhores condições de pagamento. Basta os produtores se organizarem para diminuir a dívida.

No entanto, sempre alertamos que a questão da sustentabilidade do nosso negócio não se restringe ao alto endividamento. Lidamos, diariamente, com o chamado custo Brasil, que nos torna muito menos competitivos e eficientes. Problemas de logística, por exemplo, invertem a lógica de mercado, de forma que quanto mais produzimos, quanto mais mandamos produtos para o porto, mais somos prejudicados. Os portos não têm capacidade para dar vazão à produção, o que encarece os nossos custos. Assim, por mais eficientes que consigamos ser dentro da porteira, perdemos pela estrada. Hoje, temos um impacto de 30% do frete sobre o preço da *commodity*. Precisamos de muito mais investimentos em ferrovias, hidrovias, rodovias e portos.

**AGROANALYSIS:** O senhor encerra dois mandatos frente à Aprosoja neste ano, permanecendo no comando da Aprosoja Brasil até 2012. Já dá para fazer um balanço dessa gestão?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Conseguimos resultados práticos, que puderam ser sentidos visivelmente. Para citar alguns exemplos: conseguimos apoio do governo federal e da bancada mato-grossense para prorrogações e programas de apoio à comercialização que evitaram a desestruturação do agronegócio no Estado nos períodos de crise. Implantamos o Vazio Sanitário em parceria com o Indea-MT, que contribui para o combate à ferrugem asiática. Fortalecemos junto ao governo federal também a política de apoio ao milho, por meio da garantia do preço mínimo, o que auxiliou no aumento de 570% na produção em dez anos, saindo de 1 milhão de toneladas no ciclo 2000/2001 para as 6,7 milhões de toneladas na safra 2010/2011.

Criamos a Academia de Liderança do Agronegócio, um programa inédito no País de formação de lideranças, com o respaldo

da Fundação Dom Cabral. Implantamos o Projeto Referência, o programa Soja Livre e trabalhamos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na instalação da Câmara Setorial da Soja, que antes era junto à Câmara de Biodiesel e Oleaginosas.

Somente em Mato Grosso, em que o produtor contribui com a Aprosoja com R\$ 2,00 por hectare, já retornamos no último ano R\$ 196,00/ha por produtor ou R\$ 98 para cada R\$ 1,00 investido, na forma de diversas ações. Isso sem falar das conquistas no âmbito legal, que ainda não temos como mensurar. Esse foco em obter resultados palpáveis transformou a Aprosoja em uma entidade referência quando o assunto é representação coletiva. Outro exemplo de resultados que obtivemos foi por meio do Movimento Pró-Logística, com a retomada das obras da BR-163 até Santarém (PA) e a garantia da chegada dos trilhos da Ferrovia Centro-Oeste no PAC 2 e da autorização dos estudos de viabilidade das hidrovias Teles Pires–Tapajós e Juruena–Tapajós. Por meio dos nossos deputados e senadores, membros da Frente Parlamentar da Agropecuária, e de demais entidades do setor, conseguimos seguidos avanços no Código Florestal. Além disso, aqui em Mato Grosso, aprovamos o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), que define regras claras para o uso do solo e da terra. Além das conquistas nas áreas de logística e legislação ambiental, também avançamos nas parcerias com as ONGs, com destaque para o projeto Soja + Verde.

**AGROANALYSIS:** E quais os desafios para o futuro?

**GLAUBER SILVEIRA DA SILVA:** Equacionar as dificuldades com as legislações ambiental e trabalhista, pois precisamos de tranquilidade para produzir. Vamos sentar e conversar. Aliás, o grande desafio é conversar. A cada ano, percebemos que, apesar de todos os avanços que conseguimos, ainda somos malvistos. Muitos não compreendem ou desconhecem nossa forma de atuar, falta informação. Para estreitarmos relações com os mercados a que atendemos, precisamos entender o que o nosso consumidor quer. E o que quer a sociedade. Só depois de termos o quadro geral, poderemos nos posicionar corretamente com as demandas do produtor. Esse diálogo é essencial. Por isso, estamos ampliando nosso raio de atuação, estamos deixando as portas abertas para sentarmos e conversar.

Não é à toa que a Aprosoja é uma das entidades que apoia o Movimento Sou Agro, uma iniciativa nacional de buscar e manter o diálogo com a população sobre o real papel do setor agropecuário em nossa sociedade. Será apenas com a disseminação de informação de qualidade, com a troca de conhecimentos e com o diálogo que poderemos reverter alguns prejuízos de imagem que o setor enfrenta, aproximando cada vez mais o mundo rural do cotidiano do cidadão comum.



# CIRCUITO APROSOJA SE TORNA EVENTO NACIONAL

EVENTO ABRANGE 85% DA PRODUÇÃO DE SOJA E PAUTA O PLANEJAMENTO DA PRÓXIMA SAFRA

A ideia nasceu de forma simples: aproximar o produtor rural de Mato Grosso das grandes discussões estratégicas que poderiam lhe ajudar a planejar melhor a próxima safra. O formato, em que especialistas de renome nacional e internacional apresentam conteúdos diretamente para os produtores, garantiu a boa receptividade. Chegando a sua sexta edição, o evento anual da Aprosoja, o Circuito Aprosoja, rompeu as divisas do Estado e atingiu contornos nacionais. Consolidou-se como o maior fórum pré-safra do País.

Realizado de abril a maio, o Circuito Aprosoja teve seu público ampliado em mais de 73% de 2006 a 2011. A edição de 2011 alcançou mais seis Estados com destaque na produção de soja, além de Mato Grosso. No total, a associação levou o evento para 27 cidades, sendo 21 mato-grossenses. Neste ano, o Circuito Aprosoja incluiu Dourados (MS), Cascavel (PR), Santo Ângelo (RS), Rio Verde (GO), Luís Eduardo Magalhães (BA) e Vilhena (RO).

“Com a etapa nacional, o evento abrangeu 85,4% do volume nacional de soja na safra 2010/2011, o que reitera sua representatividade”, observou o presidente da Aprosoja/MT, Glauber Sil-

veira da Silva, que também preside a Aprosoja Brasil.

Um importante sinal do crescimento do evento foi a adesão do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT) à iniciativa, como correalizador. Por conta dessa parceria, o Circuito Aprosoja incorporou aspectos voltados à orientação e à qualificação do trabalhador rural em sua programação, definida para atender a particularidades de cada município produtor visitado.

“Atuamos em duas frentes. Difundimos informações mercadológicas, traçamos cenários e reunimos material para que o produtor possa planejar sua próxima safra. Mas não só. Também identificamos os conteúdos que são estratégicos para cada região, pois, além dos temas que são comuns a todos os produtores, sabemos das particularidades de cada município ou região”, destacou Glauber.

A expansão do Circuito Aprosoja em 2011 rendeu a parceria de importantes marcas do mundo do agronegócio, como Cargill, Monsanto, Banco do Brasil e Sicredi.



Circuito Aprosoja se consolida como um dos maiores eventos da sojicultura brasileira

# SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SÃO DISCUTIDAS NO EVENTO

Mais do que listar os diversos percalços que a produção agrícola enfrenta ciclo a ciclo, os palestrantes do Circuito Aprosoja recebem a missão de buscar soluções. Exemplo disso foi a proposta de elaboração de um Plano Estratégico de longo prazo para Mato Grosso, sugerida pelo economista Paulo Rabello de Castro, do Movimento Brasil Eficiente, e encampada pelo ministro de Ações Estratégicas, Moreira Franco.

Os dois dividiram o palco durante o lançamento do evento em Cuiabá. Rabello apresentou uma projeção para Mato Grosso até 2020, indicando um acréscimo de 95% no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, chegando a R\$ 127 bilhões. Para isso, no entanto, o economista alertou: será necessário que o produtor invista diretamente em melhorias na infraestrutura de logística. “Nesse modelo, o desenvolvimento do Estado passa pela união de setor produtivo, governos do Estado e federal, com participação direta do BNDES, e do mercado comprador”, explicou.

A projeção do economista encontrou eco junto ao ministro. “Face aos custos de produção, o atual sistema de financiamento não é eficaz. Nós precisamos construir um modelo de financiamento adequado”, observou Moreira Franco. O ministro considerou que somente depois que a política de incentivo à produção se instituir será possível observar crescimento na atividade

agrícola com menos desigualdade social.

“O projeto necessário para resolver as questões de logística e transporte já é conhecido. Agora, é discutir qual a modelagem financeira adequada para financiar esse plano”, afirmou o ministro. “É preciso buscar os instrumentos de mercado de capitais”. De acordo com Moreira Franco, a Secretaria de Ações Estratégicas já vem estudando propostas de políticas de fomento à agregação de valor à produção do agronegócio, focadas principalmente nas regiões do Brasil que ainda não contam com planos específicos de desenvolvimento.



Ministro de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco marca presença no Circuito Aprosoja 2011

# TEMAS ABRANGENTES E MAIS DE 25 PALESTRANTES

A programação do Circuito Aprosoja mesclou conteúdos, visando traçar um panorama o mais abrangente possível sobre aspectos que podem vir a influir no planejamento de safra. Mercado consumidor, comunicação e imagem, políticas públicas, logística e legislação ambiental foram o destaque na edição deste ano.

Um dos pontos altos foi a vinda de dois especialistas em mercado, que pela nacionalidade traziam o “olhar de fora”: o norte-americano Hunt Stookey, executivo da Soyatech, e o chinês Lin Tan, correspondente da DTN na China. Em painel mediado pelo diretor-executivo do Sistema Famato, Seneri Paludo, os palestrantes enfocaram, principalmente, a relação do mercado nacional com os Estados Unidos e a China, reiterando o papel central do Brasil e de Mato Grosso na produção mundial de soja.

A importância do diálogo dos produtores rurais com a sociedade se tornou tema central durante o evento. O vice-presidente de Marketing Corporativo e Comunicação da Monsanto, Mark Halton, apresentou o *case* American Farmers Grow America, campa-

nha publicitária desenvolvida a partir da história pessoal de produtores rurais dos Estados Unidos. Lançada em 2009, a campanha continua firme até hoje, com desdobramentos em plataformas digitais e redes sociais, mostrando a boa receptividade da iniciativa. Este painel foi mediado pelo diretor-executivo da Aprosoja, Marcelo Duarte Monteiro, e pelo diretor do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), André Nassar.

Realizado nos meses de abril e maio, o Circuito Aprosoja estava em plenas atividades quando a Câmara dos Deputados aprovou o novo texto do Código Florestal. O fato acabou se tornando parte da programação do evento, principalmente nas regiões de Mato Grosso mais impactadas pela legislação ambiental, como o leste estadual.

Ao fim do evento, mais de 25 palestrantes se apresentaram para o público, formado principalmente por produtores rurais, profissionais e técnicos da área rural, gestores públicos, políticos, estudantes e pesquisadores.

Circuito Aprosoja em números					
44	27	85,4%	Mais de 4,2 mil	Mais de 25	95%
dias de evento	cidades	da produção de soja brasileira	participantes	palestrantes	do público muito satisfeito



## SOJA PLUS

## UM GUIA PARA A SUSTENTABILIDADE

MATO GROSSO IMPLANTA JÁ NESTE ANO PROGRAMA DE MELHORIAS CONTÍNUAS IDEALIZADO PELA CADEIA PRODUTIVA DA SOJA

Mato Grosso caminha firmemente em direção à sustentabilidade na sojicultura. Já estão em campo as primeiras iniciativas de qualificação e treinamento do Programa Soja Plus – o Programa de Gestão Socioambiental da Propriedade Rural Brasileira. Desenvolvido em parceria pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), pelo Instituto para o Agronegócio Solidário (Ares) e pela Aprosoja, o programa visa estabelecer critérios e ferramentas de gestão que poderão orientar o produtor rural num processo de melhoria contínua da produção de soja.

Vários conteúdos foram definidos pelo programa e começam a ser disseminados para produtores e trabalhadores rurais. Em julho, por exemplo, municípios de Mato Grosso receberam o primeiro curso de capacitação voltado para os critérios exigidos pela Norma Regulamentadora 31 (NR-31), relacionada à organização do ambiente de trabalho. “A intenção do programa é multiplicar entre os produtores rurais formas de atuação ambientalmente corretas e sustentáveis”, explica o coordenador da Comissão de Sustentabilidade Socioambiental da Aprosoja, Ricardo Arioli.

O programa reúne conteúdos que permitirão ao produtor adotar as melhores práticas agrícolas na propriedade rural de soja, o que lhe trará mais eficiência e sustentabilidade. Entre os

conteúdos, está uma ampla relação de aspectos a serem observados pelo produtor, indo do uso correto de equipamentos de proteção individual ao transporte e alojamento adequado para os trabalhadores. Presença de Reserva Legal, licenciamento ambiental e local para armazenagem de produtos químicos são outras exigências.

“Este modelo tem tudo para se tornar uma referência para o Brasil e para o mundo. A cadeia produtiva da soja está trabalhando para isso. Nosso produtor amadureceu, e por meio do Soja Plus ficará visível para toda a sociedade que podemos produzir com responsabilidade social e ambiental, sem deixar de lado a viabilidade econômica”, avaliou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

Silveira explica que o programa não é uma iniciativa de certificação das propriedades, mas, sim, um extenso rol de práticas e orientação para a gestão baseado no conceito de melhorias contínuas. A ideia é que, gradativamente, os produtores que aderirem ao programa possam ir aperfeiçoando suas rotinas de produção dentro de suas condições.

Agora em 2011, o Soja Plus será levado para os 19 núcleos da Aprosoja, que contam com o apoio dos Sindicatos Rurais dessas cidades para disseminar o conceito do programa.



Mato Grosso implanta sistema de melhorias contínuas da soja brasileira

## CÓDIGO FLORESTAL

## E SE TODOS FIZESSEM COMO O BRASIL?

APROSOJA COMEMORA APROVAÇÃO DO NOVO TEXTO PELOS DEPUTADOS, MAS PONDERA QUE REGRAS BRASILEIRAS SÃO DIFERENCIAL

A aprovação pela Câmara dos Deputados do novo texto do Código Florestal foi bem recebida pela Aprosoja, que vê na proposta de atualização da legislação a possibilidade de se instituir mais segurança jurídica para a produção agropecuária nacional. “Pode ser que não resolva todos os problemas dos agricultores, mas proporcionará importante ganho ao setor rural. O novo texto poderá trazer mais segurança jurídica no campo, contribuindo para o desenvolvimento da atividade agrícola e consolidando investimentos”, analisou o coordenador da Comissão de Sustentabilidade Socioambiental da Aprosoja, Ricardo Arioli.

Embora o assunto ainda dependa de aval do Senado Federal e de sanção presidencial para se tornar realidade, o setor rural comemorou a aprovação pelos deputados. “Foi o primeiro pas-

so”, ponderou Arioli.

Apesar do otimismo, o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, amplia a discussão e sugere que mecanismos que constam no Código Florestal brasileiro sejam globalizados. “São práticas agrícolas que garantem a sustentabilidade na produção agropecuária e mais eficiência. Por que não levar o que deu certo aqui para o resto do mundo?”, questionou.

Enquanto produtores brasileiros mantêm em suas propriedades Reservas Legais e APPs, sojicultores norte-americanos ou argentinos, por exemplo, chegam a utilizar praticamente todo o território para a produção. “Dentro dos conceitos de comércio justo, o correto seria que se considerassem as normas brasileiras como um diferencial, ou então que todos adotassem as mesmas regras”, argumentou Silveira.

## FPA: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO SETOR RURAL

A validação do novo texto do Código Florestal pela Câmara dos Deputados pode ser lida como uma vitória da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), fórum que reúne deputados e senadores ligados ao setor rural. Presidida atualmente pelo deputado federal Moreira Mendes (PPS-RO), a Frente soma 212 parlamentares, contando com representantes de partidos de diferentes matizes políticos. Uma das entidades que apoia, articula ações e acompanha de perto a FPA é a Aprosoja.

“Mantemos permanente articulação com a FPA, porque é um espaço fundamental para o produtor rural. Discutimos temas e dados e fortalecemos sua atuação, porque entendemos que seu papel é representar anseios e debater projetos que buscam o desenvolvimento do setor rural junto ao governo”, observou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

A parceria da Aprosoja com a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) remonta à fundação da entidade. Na pauta, além da questão ambiental, vêm sendo discutidos projetos visando alternativas para manter a competi-

vidade dos produtos agrícolas, além da liberação de crédito para o custeio da produção. Uma das ações conjuntas mais recentes foi a participação da FPA no Circuito Aprosoja 2011.



Reunião da FPA com relator do Código Florestal, deputado federal Aldo Rebelo



## PRÓ-LOGÍSTICA

## DESAFIO: AGILIZAR OBRAS DO PAC

## MOVIMENTO DO SETOR PRODUTIVO SE TRANSFORMA EM INSTITUTO PARA FORTALECER PRESSÃO EM BUSCA DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA

Criado em 2009 como um forte manifesto das preocupações do setor produtivo mato-grossense sobre o atual cenário de infraestrutura no Brasil, o Movimento Pró-Logística se transformou em março em instituto. A nova forma jurídica visa permitir mais agilidade para a realização de estudos técnicos e parcerias com entidades, empresas e órgãos governamentais focados em logística no País. Com os dados em mãos, o instituto recém-criado terá a missão de convergir agendas estratégicas para agilizar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sugerindo novos investimentos, se necessário, e buscando a intermodalidade logística para Mato Grosso.

Um grupo de trabalho foi instituído por representantes das entidades que compõem o Instituto, visando realizar uma grande vistoria *in loco* nas estradas estaduais e federais que passam

por Mato Grosso. Os resultados desse diagnóstico serão enviados aos órgãos competentes visando à construção de planos de ação para preparar o Estado para o próximo ciclo agrícola. As regiões da BR-158, no leste do Estado, e da BR-163, no norte do Estado, são algumas já “visitadas” pelos Estradeiros da Aprosoja ao longo destes dois últimos anos.

“Nosso intuito é pressionar o governo em relação às condições das estradas para que consigamos superar alguns gargalos de logística e também garantir um mínimo de trafegabilidade para os cidadãos”, antecipou o presidente do Instituto Pró-Logística, Glauber Silveira da Silva, que também preside a Aprosoja.

A matriz logística de Mato Grosso é composta quase que na totalidade de modal rodoviário.

para o desenvolvimento sustentável do Estado, que tem uma produção agropecuária competitiva, mas que se perde pelo caminho quando precisamos tirá-la de Mato Grosso, exatamente pela carência de investimentos em logística”, ressaltou Fávaro.

Cálculos do Instituto Pró-Logística apontam que, somente com a conclusão da BR-163 e com a construção do porto de Miritituba, o custo com logística para o escoamento da produção de grãos de Mato Grosso poderá contar com uma economia de R\$ 2,00 por saca de soja. Quando as hidrovias começa-

rem a entrar em funcionamento, esse valor pode chegar a R\$ 6 por saca de soja.

Nos próximos anos, o governo federal pretende investir R\$ 2,7 bilhões nas hidrovias brasileiras. Desse total, R\$ 750 milhões serão destinados à hidrovia do Rio Tocantins, R\$ 600 milhões para a Tietê-Paraná e R\$ 350 milhões para a hidrovia do Rio São Francisco. O restante será utilizado para estudos que identifiquem potenciais de navegabilidade, como é o caso da Teles Pires-Tapajós.

## FRENLOG COORDENA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Se o Instituto Pró-Logística atua na área técnica, levantando dados, realizando diagnósticos e conferindo *in loco* as condições das vias em Mato Grosso, a Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog) é o braço político de articulação dos pleitos do setor produtivo com os governos federal e estadual. No âmbito federal, são 202 deputados e 20 senadores reunidos com foco em infraestrutura, com atuação suprapartidária. O deputado federal Homero Pereira (PR/MT)

preside a Frenlog federal.

“Nosso principal objetivo é ser um facilitador das ações do Poder Executivo. Uma das prioridades é interligar os modais de transportes no Brasil para fomentar o escoamento da produção agropecuária. Hoje, estes modais estão desconectados. Não dá para depender apenas dos caminhões, que ficam sobrecarregados ao transportar a lavoura até os portos. As rodovias, ferrovias e hidrovias precisam se complementar”, afirmou Homero Pereira.

## PONTO DE PARTIDA PARA A HIDROVIA TELES PIRES-TAPAJÓS

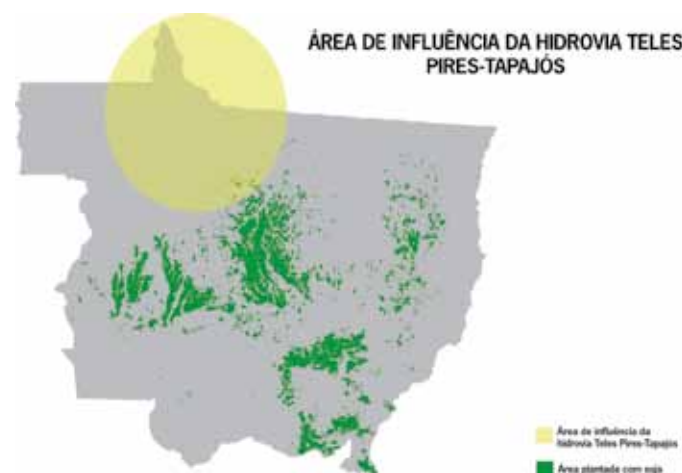
Um dos modais mais demandados pelo setor produtivo de Mato Grosso é o hidroviário, pelo fato de que a maioria das vias potenciais de navegabilidade tem localização que coincide com as regiões de grande produção agrícola. Não à toa, foi comemorada a autorização do Ministério dos Transportes para incluir no PAC 2 o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) das hidrovias Teles Pires-Tapajós e Juruena-Tapajós, com início para este ano.

Trata-se de um investimento de aproximadamente R\$ 13 milhões somente nos estudos necessários para o diagnóstico final das viabilidades de exploração das duas hidrovias. Além do estudo, o ministério autorizou também para este ano o início das obras de dragagem, derrocagem e sinalização no Rio Tapajós, no trecho entre Santarém a Miritituba (PA), e a construção de um porto público em Miritituba.

“Sempre se falou muito da importância destas duas hidrovias, mas somente com os estudos saberemos ao certo quais as vantagens e poderemos traçar um plano de exploração”, avaliou Carlos Fávaro, diretor administrativo da Aprosoja. As hidrovias irão ligar as regiões centro-norte e noroeste de Mato Grosso até os portos do Pará, agilizando e desonerando o escoamento da produção agropecuária. A hidrovia Teles Pires-Tapajós sai de

Sinop e chega até Santarém, com 1.576 km de extensão. Já a hidrovia Juruena-Arinos-Tapajós sai de Porto dos Gaúchos até Santarém, com aproximadamente 1.500 km.

“Os problemas de logística têm impedido Mato Grosso de crescer e tornaram o escoamento um peso no bolso dos produtores. O investimento no setor modal é um importante passo



## VIAGENS TÉCNICAS

## PARTICIPANDO DE DEBATES INTERNACIONAIS

## APROSOJA SE FAZ PRESENTE NAS MESAS DE DISCUSSÃO MAIS ESTRATÉGICAS DA EUROPA

Por uma semana, uma comitiva formada por representantes da Aprosoja e da Abiove viajou a países da Europa com a missão de entender melhor as tendências de um segmento muito importante para os produtores de soja brasileiros: o consumidor europeu. Na pauta da viagem, encontros e reuniões com representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), governos, universidades, centros de pesquisa, órgãos ligados ao consumidor, *tradings*, empresas e produtores. A grande pergunta: como os clientes veem e o que esperam dos produtores brasileiros?

A resposta veio clara: a sustentabilidade é uma exigência que não será possível desconsiderar. Mais do que saber de onde vem determinado produto, há a preocupação sobre a forma de produção. “Estamos no caminho correto e fizemos questão de enfatizar os avançados conceitos e práticas sustentáveis que adota-

mos na produção agrícola brasileira”, ponderou o coordenador da Comissão de Sustentabilidade Socioambiental da Aprosoja, Ricardo Arioli – que participou da comitiva ao lado do presidente, Glauber Silveira da Silva, do diretor-financeiro, Nelson Piccoli, e do diretor-executivo, Marcelo Duarte Monteiro.

Dentre as práticas citadas por Arioli estão o plantio direto, o sistema de terraços, o plantio em nível e a integração lavoura-pecuária – técnicas produtivas comuns nos campos estaduais cujos resultados sustentáveis e ambientalmente responsáveis comecem a ser defendidos por ambientalistas e especialistas.

Além do sistema produtivo adotado pelos mato-grossenses, a Aprosoja apresentou aos interlocutores europeus detalhes sobre as exigências legais existentes no Brasil, como a obrigatoriedade de preservação das matas ciliares, por meio das Áreas de Preservação Permanente (APPs), e da destinação de um percentual



MARCELO MONTEIRO

Aprosoja reúne-se com importantes ONGs da Europa

das propriedades rurais para efeitos de conservação ambiental – denominada Reserva Legal. O País se destaca mundialmente por dispor de políticas específicas, por exemplo, para manter e preservar corredores de biodiversidade, e também por iniciativas que garantem a liderança mundial no *ranking* de recolhimento correto e reciclagem de embalagens de agroquímicos.

Um dos instrumentos considerados pelos europeus, para assegurarem-se da adoção de práticas sustentáveis por parte de produtores de alimentos, é a certificação de produtos. A esse respeito, porém, a Aprosoja se manifestou de forma ponderada. “Dois aspectos nos preocupam quando o assunto é certificação. O primeiro deles é externo e consiste na forma de composição dos fóruns e das entidades que definem critérios, aspectos e regras de certificação que não consideram como diferencial práticas sustentáveis que adotamos de forma cotidiana no Brasil”, analisou Arioli.

O outro aspecto citado pelo coordenador é de natureza interna: a legislação brasileira. “Temos leis inviáveis. Precisamos definir esse marco regulatório para o setor produtivo de forma rápida para que possamos ter regras claras que nos permitam manter a legalidade”, pontuou, reiterando a importância da aprovação ainda este ano do novo texto do Código Florestal.

Na viagem à Europa, a Aprosoja chegou a esboçar duas propostas visando equilibrar de forma mais justa as relações que envolvem o mercado mundial de alimentos. Uma delas seria nivelar todas as exigências ambientais, trabalhistas e sociais feitas aos produtores brasileiros em nível global. “Ou então, adotarmos mecanismos de compensação que valorizem de forma justa os di-

ferenciais de produção sustentável de que nós já dispomos”, propôs Arioli.

A viagem à Europa registrou também a aproximação da Aprosoja com uma série de ONGs europeias. Da reunião com a Dutch Soya Coalition, coalizão de oito ONGs, em Haia, resultou uma série de futuros compromissos agendados, como uma visita in loco a propriedades rurais mato-grossenses por representantes ambientalistas. A representante da ONG Solidaridad, Jan Martin, deixou o caminho aberto para a troca de conhecimento que pudesse resultar no aprimoramento de iniciativas visando à produção sustentável.

“Toda vez que um estrangeiro vem ao Brasil, especialmente a Mato Grosso, e conhece as nossas práticas agrícolas, fica surpreso com o que estamos fazendo e com a forma com

que fazemos: com preservação e sustentabilidade. Esse intercâmbio é essencial para podermos apresentar todas as nossas práticas para o mundo”, atestou Ricardo Arioli.

O encontro também abriu espaço para que a Aprosoja apresentasse o programa Soja Plus, que estabelece um rol de práticas de gestão rural alinhadas com preceitos éticos, ambientais e sociais. “Oportunidades como esta nos ajudam a disseminar informação de qualidade e a mostrar que a produção de soja brasileira é uma das mais sustentáveis do mundo”, pontuou o diretor-executivo da Aprosoja, Marcelo Duarte Monteiro.

O foco a partir de agora é acompanhar junto com a Abiove e os representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) os desdobramentos de três assuntos estratégicos discutidos durante a missão. Um deles é a política a respeito da tolerância aos transgênicos. Depois de muitas análises, debates e interlocução, os países europeus chegaram à proposta de aceitar até 0,1% de presença de variantes de soja geneticamente modificada na ração animal consumida na Europa.

Outro tema que vem sendo acompanhado de perto pela Aprosoja é a proibição de uso de óleo de soja para a composição do biodiesel comercializado na Europa, pelo entendimento de que sua produção seria mais impactante ambientalmente se comparada com outras opções de óleo vegetal. A recente busca por uma metodologia capaz de mensurar os efeitos indiretos no uso da terra por parte das nações europeias é outro item discutido pela comitiva da Aprosoja. “Continuamos monitorando esses assuntos e analisando seus impactos para a cadeia produtiva brasileira”, afirmou Marcelo.

## AÇÃO VERDE VAI NEUTRALIZAR OBRAS DA COPA 2014

Entidade fundadora do Instituto Ação Verde, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de cunho ambiental formada por várias instituições do setor produtivo mato-grossense, a Aprosoja tem apoiado diversos projetos sustentáveis. O mais recente deles é a neutralização de todo o carbono emitido na construção do estádio Arena Pantanal, que receberá os jogos da Copa do Mundo 2014 em Cuiabá.

O projeto consiste no diagnóstico de todos os impactos inerentes à obra, e sua consequente neutralização. Comunidades ribeirinhas de nove municípios atendidos pelos rios Cuiabá, Paraguai e São Lourenço, formadores do Pantanal, plantarão 1,4 milhão de árvores em pontos com degradação do solo. Por esse serviço ambiental, serão devidamente remunerados, na forma de créditos de carbono, que serão adquiridos pela agência responsável pela execução das obras da Copa, a Agecopa.



Diretor do Instituto Ação Verde, Ricardo Arioli, planta mudas do projeto Carbono Neutro da Copa 2014

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em menos de dois anos de atividades, o projeto social da Aprosoja, batizado de Agro Solidário, já ultrapassou a marca dos 10 milhões de doses de bebida à base de soja distribuídas. Entidades que atendem crianças e idosos carentes e doentes com câncer recebem o produto, que contribui para o combate à desnutrição e atua como um complemento alimentar.

Além de suas qualidades nutritivas, a soja tem efeitos benéficos para a saúde. Várias pesquisas científicas já comprovaram que o consumo de produtos derivados da soja pode ajudar a reduzir o risco de doenças como câncer de esôfago, pulmão,

próstata, mama e cólon retal, doenças cardiovasculares, osteoporose, diabetes, mal de Alzheimer e até mesmo sintomas da menopausa.

O projeto está sendo aperfeiçoado neste ano para ampliar sua área de abrangência.

## PROJETO REFERÊNCIA ENTRA NO QUINTO CICLO

O quinto ciclo do Projeto Referência já está em campo em Mato Grosso. Projeto destinado a traçar indicadores de gestão para os associados da Aprosoja, o Referência realiza a cada safra um extenso diagnóstico sobre propriedades rurais envolvidas com a produção de soja. Os resultados finais são compilados e servem de parâmetro e orientação para a gestão rural dos produtores.

Neste ano, serão vistoriados 130 mil hectares, e 86 propriedades rurais serão analisadas. “O produtor que participa do projeto consegue ter a medida exata de lucratividade, além de identificar os pontos críticos da produção. É uma ferramenta de gestão que ajuda o homem do campo a tomar decisões corretas nos negócios e saber entender como foi o fechamento do ano e o que o produtor pode adotar para a próxima safra”, explicou o analista de agronegócio da Aprosoja e responsável pelo Projeto Referência, o engenheiro agrônomo Eliezer Rangel.

## ACADEMIA DE LIDERANÇA SE AMPLIA COM SENAR

Depois de três anos de sucesso na formação de novas lideranças no segmento rural em Mato Grosso, a Academia de Liderança da Aprosoja, um formato de educação corporativa inédito no País, recebe a chancela do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT), que a partir de 2011 assumiu a coordenação do projeto. “Foi uma iniciativa que deu tão certo, que precisou se expandir para atender à demanda. Agora vamos estendê-la para outros segmentos do setor rural”, explica o superintendente do Senar-MT, Tiago Mattosinho. As aulas do primeiro módulo de 2011 já começaram e contam com o aval da referendada Fundação Dom Cabral, parceira na construção do programa dos cursos.

## APROSOJA PASSA A INTEGRAR O INPEV

Em julho, a Aprosoja formalizou sua participação no Conselho Diretor do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) como sócio-colaborador. A iniciativa visa aproximar os produtores rurais dos demais agentes envolvidos



com a destinação final de produtos usados no campo. “É fundamental a participação dos produtores. Além da eficiência do setor produtivo, temos que nos preocupar com a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente”, observou o presidente da associação, Glauber Silveira.

O inpEV atua como mandatário legal da indústria fabricante de produtos fitossanitários para a destinação das embalagens vazias de seus produtos. No total, há 84 empresas fabricantes de defensivos agrícolas no Brasil e sete entidades representativas da indústria, além dos canais de distribuição e agricultores.

Atualmente, o Brasil registra um percentual de 94% das embalagens primárias retiradas do campo e enviadas para a destinação ambientalmente correta. Esse índice cai para 76% na Alemanha, 73% no Canadá, 66% na França e 30% nos Estados Unidos.

CIRCUITO TECNOLÓGICO: RAIO-X DA SAFRA

Com o sucesso da edição 2010, o Circuito Tecnológico da Aprosoja começa a ser preparado para se ampliar em 2011. Tendo como principal meta acompanhar *in loco* o plantio da safra de soja, o evento consiste num grande mutirão formado por equipes técnicas responsáveis por levantamentos nas propriedades rurais com a cultura da soja. No ano passado, foram rodados mais de 20 mil km em Mato Grosso, e a expectativa é de que o raio-X da safra se aperfeiçoe em 2011. “Nosso foco é ampliar ainda mais nosso banco de dados sobre a soja mato-grossense”, afirma o gerente técnico da Aprosoja, Nery Ribas.

APROSOJA BRASIL AMPLIA SUA REPRESENTATIVIDADE NO PAÍS

Pauta cheia para a Aprosoja Brasil neste segundo semestre. Comemorando a criação da unidade de Rondônia, a entidade que congrega as associações de produtores de soja de todo o País segue firme nas ações de representatividade. Grupos técnicos e muita articulação política estão sendo demandados para a busca por soluções para temas que vão de endividamento rural a classificação de grãos.

“Estamos ampliando nosso raio de atuação e conseguindo abranger um grande número de produtores de todo o Brasil. Logicamente, nosso foco na esfera nacional é estruturante”, antecipou o presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira. O crescimento da entidade em nível nacional teve impulso no primeiro semestre com a realização das etapas nacionais do Circuito Aprosoja, o que ajudou a disseminar a atuação da entidade e também a mobilizar mais associados.

Alguns focos de atuação prometem grandes mudanças no cenário rural, como é o caso da regulamentação de um fundo garantidor de risco de crédito, da construção de sugestões e adendos à política agrícola brasileira e do acompanhamento sobre as discussões a respeito da aquisição de terras brasileiras por estrangeiros. Os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Piauí e do Pará possuem Associações de Produtores de Soja e são integrantes da Aprosoja Brasil.

RESULTADOS DO SOJA LIVRE COMEÇAM A SER DIVULGADOS

Começaram a ser divulgados em julho os primeiros resultados do Programa Soja Livre, iniciativa da Aprosoja, em parceria com Embrapa e Abrange, que visa desenvolver, multiplicar e comercializar cultivares de soja convencional. Ampliando a oferta de variedades não transgênicas, o programa permite que o produtor de Mato Grosso possa ter à disposição mais opções na hora de planejar sua safra – principalmente no caso de agricultores com produção direcionada a mercados especiais.

A primeira leva de análise do Soja Livre se refere aos resultados obtidos com 19 cultivares de soja não geneticamente modificada plantadas em Unidades Demonstrativas instaladas em Mato Grosso, na região de Sinop. Nessas áreas, algumas das cultivares convencionais chegaram a obter produtividade média acima de 70 sacas/hectare.



Produtores conhecem cultivares do Soja Livre em Diamantino/MT

THIAGO ITACARAMBY/APROSOJA

Defensivos agrícolas

Brasil faz pouco uso dessa tecnologia

Eduardo Daher\*

UM DOS poucos países, entre os grandes produtores agrícolas, cuja competitividade tem condições de atender à demanda mundial por alimentos, fibras e energia renovável, o Brasil ainda se vê diante de um desafio: a necessidade de incrementar o uso de modernas tecnologias na produção rural. É o que revelam os recentes números, por exemplo, do mercado mundial de defensivos agrícolas. O estudo acaba de ser divulgado pela consultoria alemã Kleffmann Group. Segundo o levantamento entre os grandes países produtores, em 2004 o Brasil já detinha um dos melhores números em relação à produtividade por área plantada; naquele ano, o agricultor brasileiro apresentava um dos menores investimentos com defensivos por tonelada produzida e por área plantada. De 2004 a 2007, entre os países maiores usuários de defensivos, o Brasil foi o que mais elevou a produção, sem aumentar a área plantada. Consequentemente, o uso relativo de defensivos, por área e, principalmente, por tonelada produzida, evoluiu menos que nos demais países.

O indicador da sustentabilidade na

produção agrícola brasileira se evidencia no seguinte dado: entre 2004 e 2009, o investimento em defensivos agrícolas registrou alta de apenas 1,5%, em dólar por tonelada de produto colhido. No mesmo período, o Brasil foi o que registrou a maior evolução na produção de alimentos, ampliando em 44,5% o volume. Este incremento no Brasil se verificou mesmo com o país aumentando apenas 4% em área plantada. Portanto, o que ocorreu foi um expressivo ganho de produtividade.

Ou seja, uma leitura superficial – quando não propositadamente distorcida – do mercado mundial de defensivos agrícolas tem levado a uma conclusão absolutamente equivocada: a de que o Brasil é o país que mais utiliza esses produtos. Não é o que dizem os números. Na verdade, o uso no Brasil é muito menor que o observado nos principais países agrícolas – mesmo sabendo-se que a agricultura brasileira, sob clima tropical, exige muito maior uso da tecnologia para controlar as pragas.

De acordo com o levantamento da Kleffmann, quando se ordenam os oito principais países pelo uso de defensivos por

produto agrícola colhido, o *ranking*, em ordem decrescente, é o seguinte: Argentina; União Europeia; China; França; Rússia; Japão; Brasil e Estados Unidos. O fato de os agricultores brasileiros estarem entre aqueles que confiam na tecnologia como fator vital de produtividade indica que o País começa a se preparar para liderar a agricultura mundial dentro de uma década, conforme prevê a FAO. O Brasil é um dos poucos países, entre os grandes produtores agrícolas mundiais, cuja competitividade é capaz de superar o desafio de prover a demanda de alimentos, fibras e energia nas próximas décadas. Para tanto, será indispensável o uso de tecnologias – como sementes, fertilizantes, defensivos, mecanização e informatização – que melhorem a produtividade e poupem recursos naturais.

Diferentes condições agronômicas, de clima e de tipos de culturas, requerem diferentes manejos fitossanitários. Por exemplo, fungicidas são mais utilizados no norte da Europa na cultura de cereais, sob clima úmido e frio; já inseticidas são mais requisitados em climas quentes, onde existe maior diversidade de insetos, pragas, como no Brasil. Os pesquisadores e a comunidade científica, incluindo aqueles que atuam nos órgãos regulatórios dos governos, sabem bem dessa realidade na agricultura. Com números detalhados, eis o que comprovam:

Segundo a Embrapa, a doença Ferrugem Asiática pode diminuir em até 80% a produtividade de uma lavoura. Na cultura do milho, a lagarta do cartucho representa um potencial de até 60% de perda na produção de grãos. Nos canaviais, a infestação de cupins pode causar danos de até dez toneladas por hectare. No algodão, a virose Mosaico das Nervuras pode reduzir a produção em até 60%. ■

\*Economista; pós-graduado em Administração de Empresas; diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Mercado mundial de defensivos agrícolas						
Uso da tecnologia entre os principais produtores agrícolas - Estatísticas 2009						
País	Área Plantada (milhões ha)	Produção (milhões t)	DEF (US\$ milhões)	Produção de biomassa (t/ha)	DEF/Área (US\$/ha)	DEF/Produção (US\$/t)
Argentina	29,14	105,18	1.308	3,61	44,89	12,44
Brasil	65,38	893,22	6,6	13,66	100,95	7,39
China	168,91	1.500,66	1.963	8,88	11,62	1,31
França	13,76	135,87	3.028	9,87	220,06	22,29
Japão	3,06	35,18	3.438	11,50	1.123,53	97,73
Rússia	54,45	196,44	417	3,61	7,66	2,12
UE (base 2004)	87,25	655,21	13.767	7,51	157,79	21,01
UE (atual)	89,94	666,71	13.767	7,41	153,07	20,65
EUA	99,21	674,56	6.355	6,80	64,06	9,42

Fonte: FAO e Amis Global. Países considerados na análise da UE atual: Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Malta, Holanda, Polónia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Reino Unido.

## Diário de bordo

## Baixo ganho e baixa autoestima



Roberto Rodrigues\*

**M**AIS UMA vez, o Plano de Safra 2011/2012 deu ênfase à Agricultura de Baixo Carbono, destinando recursos para o financiamento de práticas sustentáveis: 3,15 bilhões de reais, com juros de 5,5% ao ano e limite máximo de 1 milhão de reais por produtor. Também foram agregados dois programas que já existiam no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas que agora ganharam maior destaque: o Plantio Comercial de Florestas ou de Recuperação Florestal; e o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável.

Os recursos disponíveis podem financiar a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e também as áreas de Reserva Legal.

O programa tem metas ambiciosas: aumentar de 25 para 33 milhões de hectares as áreas de Plantio Direto; recuperar 15 milhões de hectares de áreas degradadas; aumentar em mais 4 milhões de hectares a tecnologia de Integração Lavoura/Pecuária/Floresta; e expandir de 6 para 9 milhões de hectares a área de florestas plantadas.

O governo brasileiro, com isso, reforça os programas voltados para a sustentabilidade.

Esta ação governamental, na verdade, se insere num conjunto de outras iniciativas que conferem à realidade ambiental brasileira uma qualificação realmente invejável. Em recente artigo, o Dr. Evaristo de Miranda, Doutor em Ecologia e Pesquisador renomado da Embrapa, mostra com abundância de argumentos o fato de o Brasil já ser hoje uma potência ambiental. Seus números são definitivos, e entre eles podem ser destacados os seguintes:

O Brasil tem 2,4 milhões de quilômetros quadrados (88% do seu território) hoje protegidos. É o país com mais áreas protegidas no mundo todo, à frente da China, com 1,6 milhão de km², e da Rússia, com 1,2 milhão, respectivamente 17% e 8% dos territórios totais. Os Estados Unidos, com 1,2 milhão de km² protegidos, estão em 4º lugar, enquanto a Austrália, com 730 mil km², vem em quinto. E muitas áreas protegidas desses países são desertos ou cadeias montanhosas inacessíveis, fato que não ocorre no Brasil.

E mais ainda: nossas áreas protegidas já cobrem 54% da Floresta Amazônica brasileira. A própria ONU considera o Brasil como o líder

mundial na criação de áreas protegidas: nos últimos sete anos, cerca de 700 mil km² foram criados no mundo todo, dos quais 75% no Brasil.

Esses números devem ser suficientes para mostrar o compromisso brasileiro com a sustentabilidade.

Mas há mais: a Europa tem apenas 0,1% das florestas originais do Planeta; a África tem 3,4%, a Ásia tem 5,5%. O Brasil tem, hoje, 28,3% das florestas originais do Planeta.

Chega? Não: somos o único país que exige 20% a 80% das áreas das fazendas como Reserva Legal. Segundo o Censo do IBGE de 2006, os agricultores brasileiros já têm 858 mil km² de florestas, o que equivale a 10% do território nacional. Onde mais isso existe?

Temos ainda a agroenergia, grande responsável pelo diferencial da nossa matriz energética, que tem 47,8% de energia renovável, enquanto o mundo todo tem menos de 20%, e os países da OCDE não chegam a 10%. Só a cana-de-açúcar já vale 18,3% da energia brasileira, maior até que as hidroelétricas, e a palha de cana cortada crua pode valer uma Belo Monte! E há muito mais: somos o 17º país em emissão de CO<sub>2</sub> (só 1,4% do total do mundo), e somos os campeões mundiais da reciclagem.

Tudo somado, já somos os líderes mundiais em economia de baixo carbono. Há um índice, representado pelo quociente entre o total de CO<sub>2</sub> emitido e o Produto Interno Bruto de cada país, que representa a medida de eficiência energético/ambiental dos países na geração de riquezas. Quanto menor o quociente, melhor é o resultado. O do Brasil é 0,24, sendo o 104º colocado do mundo, posição privilegiada.

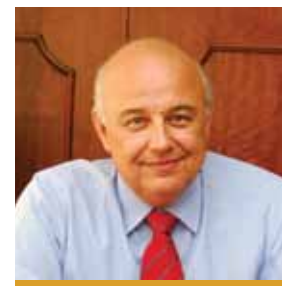
Portanto, o Plano de Safra vem sacramentar uma inequívoca tendência do agro brasileiro na direção da sustentabilidade, da mitigação do aquecimento global e de sua característica de agricultura de baixo carbono.

Estamos bem na foto. É só olhar para ela com atenção! ■

\*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Futuro do agro em debate



Cesário Ramalho da Silva\*

**R**ECENTEMENTE, PARTICIPEI de dois importantes eventos para o agronegócio brasileiro: o lançamento do Plano Safra 2011/12 e a reunião do G-20 agrícola, em Paris.

A presença da presidente Dilma Rousseff no anúncio do Plano Safra foi um gesto de prestígio ao agronegócio. Em sua fala, a presidente foi clara ao dizer que a ascensão do Brasil ao posto de celeiro do mundo só se dará com a valorização do produtor. É preciso estimular o produtor e dar condições dignas para que ele produza, disse Dilma.

No seu discurso, a presidente ressaltou ainda que é necessário dar atenção especial ao médio produtor, que não conta com o suporte de programas de créditos específicos, como os pequenos, nem é detentor de recursos volumosos, com os grandes. A presidente mostrou ser conhecedora da realidade rural ao pontuar esta questão.

Como porta-voz dos produtores na cerimônia, avalio que o plano traz avanços inéditos para o agronegócio, com reflexos muito favoráveis para toda a economia. O aumento de recursos, a ampliação dos limites de crédito, as linhas especiais para pecuária, laranja e o setor sucroenergético são medidas fundamentais para dar apoio ao produtor. Diante disso, fica demonstra-

da a grande objetividade e sensibilidade política do ministro Wagner Rossi.

Alertamos, entretanto, que a concessão de crédito dependente do licenciamento ambiental num momento em que a própria legislação está sendo debatida no Congresso traz ameaças à execução do Plano Safra. Este é um exemplo das dificuldades que comprometem a execução de boas políticas públicas.

Na ocasião, propusemos à presidente Dilma que liderasse a elaboração de um plano estratégico para a agricultura em seu governo. Plano que integrasse vários ministérios com o objetivo de tornar ainda maior o Brasil na produção e exportação de alimentos, energia limpa e outros produtos originários do agronegócio.

Este plano envolveria o desenho de uma nova gestão, com providências razoáveis, bem estruturadas, amadurecidas e cuidadosas. Integrar diversas áreas distribuídas nos vários ministérios que atingem diretamente o agronegócio, como, por exemplo, a infraestrutura logística; o seguro; as questões ambientais, trabalhistas e tributárias; a segurança jurídica; os investimentos estrangeiros, entre outros temas.

Lembramos, ainda, à presidente que sua atuação será fundamental para aprovar o novo Código Florestal, que compatibiliza produção rural e proteção ambiental.

## G-20

Já na reunião do G-20 agrícola, acompanhamos o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi. O ministro foi o protagonista do encontro, no qual assinalou que o Brasil teve atuação decisiva e determinante para ampliar a produção mundial de alimentos.

O ministro foi firme ao dizer que rechaça qualquer tipo de controle de pre-

ços agrícolas, enfatizando que o esforço produtivo é a única forma de enfrentar a volatilidade das cotações. Segundo Rossi, não faz sentido uma intervenção no mercado até porque os produtores tiveram vários anos de preços deprimidos. “Não podemos penalizar quem é eficiente, o que defendemos é a liberdade comercial, com comércio justo para os produtores competentes”, disse o ministro.

A Rural concorda com o ministro e também refuta quaisquer tipos de mecanismos de controles de preços. O que defendemos é a regulamentação dos mercados futuros, com regras de atuação claras, que deem liquidez, sem descolar as negociações em bolsa dos fundamentos de oferta e demanda.

Além disso, a Rural elogia o ministro Rossi também por seu posicionamento em relação à transparência de informações agrícolas. O ministro disse que o governo brasileiro acha positiva a adoção de mecanismos que permitam assegurar mais transparência dos mercados, como a implementação do chamado Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (Sima).

“O Brasil e os Estados Unidos já dispõem de uma série de informações sobre safra, estoques e preços que podem ser consultadas. É fundamental que haja transparência total em relação a esses dados”, ressaltou o ministro.

Esse sistema seria administrado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). O objetivo seria integrar dados oficiais dos países para observar os níveis mundiais da produção de alimentos, consumo e estoques. A iniciativa contaria com um serviço integrado de previsão do tempo, por meio do uso comum de satélites. ■

\*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



Opinião

# Papel do setor público



Mônica Bergamaschi\*

OS MERCADOS do agronegócio brasileiro sofreram, ao longo da história, grande interferência do Estado, com o controle de preços, cotas para exportações e importações, política de preços mínimos, financiamento para estocagem e comercialização, para citar alguns. O tempo passou, a agricultura e a pecuária mudaram e, com elas, as possibilidades e necessidades de intervenção governamental.

Entre as principais mudanças, após a década de 90, estão:

- a) a visão de cadeia de produção agroindustrial;
- b) o desenvolvimento de produtos diferenciados para mercados específicos (nichos) ou decorrentes de pressões internacionais;
- c) o aprimoramento das relações contratuais para obtenção de matérias-primas de qualidade especial, com destaque para a integração vertical em vários segmentos;
- d) a difusão de tecnologias e processos, propiciada pela globalização da economia, que levou similaridade no modo de produção para diversos rincões do planeta, ainda que com ressalvas decorrentes de diferenças de solo e clima;
- e) a possibilidade de rastreamento de praticamente todas as etapas da cadeia de produção, por meio das modernas tecnologias computacionais e de monitoramento por satélites.

Esse ganho de escala tanto na produção agrícola quanto na agroindústria acendeu o alerta da necessidade urgente de reduzir o custo Brasil: tributação excessiva, carência de infraestrutura de transportes e armazenamento, elevada taxa de juros, obsolescência do aparato legal, burocracia etc., para que a competitividade das empresas nacionais não fique ainda mais comprometida.

A melhor integração entre os elos da cadeia produtiva reduz a necessidade de apoio governamental para sustentar preços ou garantir mercados para a agricultura comercial. Ao invés de interferir na lógica comercial, talvez os governos devessem investir e incentivar investimentos privados em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, sabidamente fatores de sucesso na competitividade internacional. Uma profunda

reforma tributária, tão necessária quanto difícil, é sonhada, pois a elevada carga distorce não apenas a produção e o consumo interno, mas impacta negativamente, reduzindo a competitividade das exportações brasileiras.

Os governos também têm papel relevante na seara da arbitragem para a solução de conflitos. São frequentes, em todos os setores da economia, as fusões e aquisições, que trazem no bojo a concentração e a diminuição da concorrência. Na agropecuária não tem sido diferente. Apesar dos avanços na organização das cadeias produtivas, são necessários o crescimento das relações contratuais e a ação certa do órgão encarregado de avaliar essas questões.

Outro ponto de extrema importância estratégica é o financiamento para novos investimentos, custeio e comercialização da produção. Apesar dos avanços do setor público, Estados e Federação, é preciso incentivar a efetiva participação da iniciativa privada, a exemplo do que já fazem algumas cadeias produtivas. Os usos de instrumentos como contratos futuros ou de opções, certificados de mercadorias negociáveis em bolsas e o seguro rural ainda precisam ser mais bem difundidos para serem adotados como práticas rotineiras de captação de recursos e minimização de risco.

Uma boa política de formação e escoamento de estoques públicos também é essencial. Regras claras, transparentes e amplamente conhecidas estimularão o acesso e a participação de todos os interessados da iniciativa privada na comercialização agrícola. A operação em tempo real imprimirá mais segurança, agilidade e eficácia, além de potencial redução de custos logísticos e desperdícios. Quanto maior o sucesso dessas formas de comercialização, maior será a acessibilidade, menores os custos de produção e os gastos do poder público para manter o sistema de comercialização em operação.

A agricultura familiar e mesmo a de subsistência, no entanto, requerem olhares diferenciados e políticas específicas. O tema será objeto em edição futura. ■

\*Engenheira agrônoma e Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

## Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em julho de 2011 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	340.000	360.000	360.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	500.000	540.000	530.000
New Holland	CR 9060	630.000	650.000	669.000	635.500
New Holland	CS 660	420.000	455.000	580.000	500.000
New Holland	TC 5090	350.000	375.000	440.000	355.000
New Holland	TC 5070	300.000	320.000	370.000	350.000
Valtra	BC 6500	530.000	570.000	526.000	570.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	625.000	650.000
Valtra	BC 4500	295.000	365.000	379.000	360.000
Jonh Deere	1175 HY	310.000	320.000	345.000	355.000
Jonh Deere	9470	510.000	535.000	550.000	510.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em julho de 2011 (R\$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	118.000	115.000	115.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	148.000	141.000	140.000	140.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	190.000	210.000	210.000
New Holland	7030	158.000	177.840	180.000	180.000
New Holland	7040	167.000	187.200	200.000	180.000
New Holland	7060	210.000	234.000	240.000	240.000
Valtra	BM 125-4	124.000	125.000	125.000	137.500
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	188.000	200.000
Valtra	BM 205-4	193.000	216.000	205.000	225.000
Jonh Deere	7205	241.000	244.000	243.000	235.000
Jonh Deere	8430	375.000	350.000	400.000	385.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de plantadeiras em julho de 2011, referência São Paulo (R\$/unidade)

PLANTADEIRAS	MODELO	LINHAS	POTÊNCIA (CV)	R\$
Plantio convencional				
Baldan	PAH - 2	2 linhas	70	7.443,00
Baldan	PAH - 4	4 linhas	70	13.097,00
Plantio direto				
Baldan	Solografic 4000	8 linhas	70	63.915,00
Baldan	Solografic 4500	10 linhas	80	78.365,00
Baldan	Solografic 5000	12 linhas	100	88.519,00
Jumil	Exacta 08/04 L	4 linhas	75	52.136,00
Jumil	JM 2090 PD EX	4 linhas	70	26.765,00
Jumil	JM 2090 PD MG	4 linhas	65	16.633,00
Jumil	JM 2980 PD EX	12 linhas	120	107.707,00
Jumil	JM 2880 PD MG	12 linhas	120	85.498,00
Jumil	JM 2680 PD EX	6 linhas	70	43.992,00
Jumil	JM 2580 PD MG	6 linhas	70	32.256,00
Marchesan	Suprema 08	4 linhas	75	58.999,00
Marchesan	Suprema 09	4 linhas	80	70.552,00
Marchesan	Suprema 10	5 linhas	85	81.122,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão

É hora de começar a se preparar para o plantio da safra 2011/2012. Considere um produtor que queira, em julho de 2011, comprar uma plantadeira, marca Marchesan, modelo Suprema 10, com 5 linhas, para plantio direto (potência requerida do trator de 85 cv), cujo preço é R\$ 81.122,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 30%, ou seja, o produtor estaria financiando R\$ 56.785,40, é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R\$ 92.653,93 pelo maquinário. Isto significa 14,2% mais na comparação com o preço da plantadeira à vista. A prestação média é de R\$ 6.830,61 por semestre.

\* R\$ 81.122,00 - R\$ 24.336,60 (30% de entrada)

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/07/11	56.785,40	0,00	11,25	11,25	-
15/01/12	56.785,40	5.678,54	2.108,46	7.787,00	1
15/07/12	51.106,86	5.678,54	1.876,61	7.555,15	2
15/01/13	45.428,32	5.678,54	1.686,72	7.365,31	3
15/07/13	39.749,78	5.678,54	1.451,47	7.129,96	4
15/01/14	34.071,24	5.678,54	1.265,07	6.943,61	5
15/07/14	28.392,70	5.678,54	1.036,73	6.715,27	6
15/01/15	22.714,16	5.678,54	843,38	6.521,92	7
15/07/15	17,035,62	5.678,54	622,04	6.300,58	8
15/01/16	11.357,08	5.678,54	421,69	6.100,23	9
15/07/16	5.678,54	5.678,54	208,51	5.887,05	10
Total		56.785,40	11.531,93	68.317,33	
Total pago: R\$ 24.336,60 (entrada) + R\$ 68.317,33 (financiamento) = R\$ 92.653,93					

Produção agrícola brasileira

Décimo levantamento da safra de grãos 2010/2011: estimativa de produção em mil toneladas

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 PREVISÃO¹ (A)	2010/11 ESTIMATIVA² (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.198,4	73,5
AMENDOIM TOTAL	225,7	303,1	300,6	226,0	224,1	-0,8
AMENDOIM 1ª SAFRA	182,0	256,2	246,1	191,9	196,2	2,2
AMENDOIM 2ª SAFRA	43,7	46,9	54,5	34,1	27,9	-18,2
ARROZ	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.733,2	17,8
AVEIA	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			0,0	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205,8	264,7	237,0	201,4	283,9	41,0
FEIJÃO TOTAL	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.796,9	14,3
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.568,0	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.671,3	14,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	996,6	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.349,6	32,0
FEIJÃO 3ª SAFRA	775,2	832,3	774,5	836,6	776,0	-7,2
GIRASSOL	106,1	147,1	109,4	80,6	79,0	-2,0
MAMONA	93,7	123,3	92,5	100,6	132,7	31,9
MILHO TOTAL	51.369,7	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.123,0	2,0
MILHO 1ª SAFRA	36.596,7	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.424,1	3,9
MILHO 2ª SAFRA	14.773,0	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.698,9	-1,1
SOJA	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.039,3	9,2
SORGO	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	1.992,7	22,7
TRIGO	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	17,0
TRITICALE	203,8	211,9	184,7	172,1	114,9	-33,2
BRASIL	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.051,7	8,6

Fonte: Conab  
[1] Dados Preliminares: sujeitos a mudanças    [2] Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Projeções do agronegócio brasileiro

Brasil: projeção de produção

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Milhões t	1,7	1,8	1,8	1,9	2	2,1	2,2	2,3	2,3	2,4	4,3
Arroz	Milhões t	12,6	12,7	12,8	12,9	13,1	13,2	13,3	13,5	13,6	13,7	1,0
Feijão	Milhões t	3,6	3,5	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8	3,8	0,9
Milho	Milhões t	56,2	56,4	57,8	58,8	60	61,1	62,2	63,3	64,4	65,5	2,0
Soja Grão	Milhões t	71,1	72,8	74,5	76,2	78	79,7	81,4	83,1	84,8	86,5	2,3
Soja Farelo	Milhões t	27,5	27,9	28,5	29,1	29,6	30,2	30,7	31,3	31,8	32,4	1,9
Soja Óleo	Milhões t	7	7,2	7,3	7,4	7,6	7,7	7,9	8	8,2	8,3	1,9
Trigo	Milhões t	5,3	5,4	5,5	5,6	5,7	5,8	5,9	6	6,1	6,2	1,6
Carne Frango	Milhões t	13,1	12,9	13,9	13,6	14,6	14,3	15,3	15	16	15,7	2,6
Carne Bovina	Milhões t	9,4	9,6	9,8	10	10,3	10,5	10,7	10,9	11,1	11,4	2,2
Carne Suína	Milhões t	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,8	3,9	3,9	4	4,1	1,9
Café	Milhões sc	50	58,9	54,5	64,2	59,4	69,9	64,8	76,2	70,6	-	4,0
Açúcar	Milhões t	35,9	35,8	36,8	38,4	38,7	39,6	40,2	41,2	42	42,3	2,2
Mandioca	Milhões t	26,3	26,2	26,2	26,2	26,2	26,2	26,1	26,1	26,1	26,1	-0,1
Batata Inglesa	Milhões t	3,6	3,7	3,8	3,8	3,9	3,9	4	4,1	4,1	4,2	1,6
Laranja	Milhões t	19,9	20,2	20,7	21	21,5	21,9	22,3	22,7	23,1	23,5	1,9
Leite	Bilhões l	32,3	33	33,6	34,3	34,9	35,6	36,2	36,9	37,5	38,2	1,9
Fumo	Milhões t	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1	1	1,4
Cana-de-Açúcar	Milhões t	769,3	788	806,4	824,7	843,1	861,4	879,7	898	916,3	934,6	2,2
Papel	Milhões t	10,3	10,5	10,8	11	11,3	11,6	11,8	12,1	12,3	12,6	2,3
Celulose	Milhões t	15,1	15,5	16,1	16,5	17	17,5	18	18,5	19	19,4	2,9

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa  
Nota: Cana-de-açúcar - refere-se à cana destinada à produção de açúcar, álcool e a outros fins como forrageiras, cachaças etc.

Brasil: projeção de área plantada (milhões ha)

PRODUTO	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,89	0,89	0,89	-0,2
Arroz	2,48	2,38	2,28	2,23	2,12	1,99	1,89	1,78	1,69	1,61	-4,6
Feijão	3,72	3,63	3,63	3,62	3,57	3,54	3,52	3,49	3,46	3,43	-0,8
Milho	13,14	13,06	13,15	13,16	13,21	13,24	13,27	13,31	13,35	13,38	0,3
Soja Grão	25,4	25,98	26,5	27,01	27,51	28,01	28,52	29,02	29,52	30,02	1,9
Trigo	2,34	2,31	2,31	2,29	2,28	2,27	2,26	2,24	2,23	2,22	-0,5
Café	1,97	1,9	1,85	1,79	1,74	1,68	1,62	1,56	1,51	1,45	-3,3
Mandioca ( * )	1,81	1,8	1,79	1,78	1,77	1,76	1,76	1,75	1,74	1,73	-0,5
Batata Inglesa ( * )	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12	-1,0
Laranja ( * )	0,87	0,88	0,89	0,9	0,91	0,92	0,93	0,94	0,95	0,96	1,2
Fumo ( * )	0,46	0,46	0,46	0,47	0,47	0,48	0,48	0,49	0,49	0,5	1,0
Cana-de-Açúcar ( * )	9,64	9,85	10,06	10,27	10,48	10,69	10,9	11,1	11,31	11,52	2,0

\* Área colhida  
Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa  
Nota: Cana-de-açúcar - refere-se à cana destinada à produção de açúcar, álcool e a outros fins como forrageiras, cachaças etc.

Brasil: projeção de consumo

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Mil t	1	1,01	1,02	1,03	1,04	1,05	1,06	1,07	1,08	1,09	1,0
Arroz	Mil t	12,79	12,92	13,07	13,2	13,33	13,47	13,61	13,74	13,88	14,01	1,0
Feijão	Mil t	3,55	3,6	3,64	3,68	3,72	3,76	3,8	3,84	3,89	3,93	1,1
Milho	Mil t	47,86	48,3	49,62	50,26	51,46	52,2	53,3	54,1	55,15	56	1,9
Soja Grão	Mil t	38,61	39,35	40,14	40,92	41,7	42,49	43,27	44,05	44,83	45,61	1,9
Soja Farelo	Mil t	12,86	13,21	13,55	13,9	14,25	14,61	14,96	15,31	15,66	16,01	2,5
Soja Óleo	Mil t	5,38	5,51	5,64	5,76	5,88	6,01	6,13	6,25	6,37	6,5	2,2
Trigo	Mil t	10,49	10,63	10,76	10,9	11,03	11,17	11,31	11,44	11,58	11,71	1,2
Carne Frango	Mil t	9,02	8,73	9,49	9,19	9,95	9,65	10,41	10,11	10,87	10,57	2,5
Carne Bovina	Mil t	7,54	8,18	8,46	8,38	8,57	8,79	8,78	8,89	9,24	9,43	2,3
Carne Suína	Mil t	2,83	2,89	2,94	3	3,05	3,11	3,16	3,21	3,27	3,32	1,8
Café	Milhões sc	20,38	21,29	22,25	23,25	24,3	25,39	26,54	27,73	28,98	-	4,5
Açúcar	Milhões t	12,3	12,54	12,78	13,02	13,27	13,51	13,75	13,99	14,23	14,47	1,8
Leite	Milhões l	32,5	33,15	33,79	34,43	35,07	35,71	36,35	36,99	37,62	38,26	1,9
Papel	Mil t	9,63	9,88	10,14	10,39	10,65	10,9	11,16	11,41	11,66	11,92	2,4
Celulose	Mil t	6,17	6,39	6,52	6,63	6,78	6,91	7,04	7,18	7,31	7,45	2,0

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa



## Projeções do agronegócio brasileiro

### Brasil: projeção de exportação

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Algodão pluma	Milhões t	0,55	0,59	0,62	0,65	0,69	0,72	0,75	0,79	0,82	0,86	5,1
Milho	Milhões t	9,19	11,16	11,11	10,92	12,16	12,67	12,66	13,42	14,09	14,3	4,6
Soja Grão	Milhões t	30,9	32,99	33,57	34,26	35,71	36,97	37,67	38,6	39,77	40,74	3,2
Soja Farelo	Milhões t	13,89	14,13	14,26	14,44	14,59	14,75	14,9	15,06	15,21	15,37	1,1
Soja Óleo	Milhões t	1,42	1,43	1,43	1,45	1,45	1,46	1,47	1,48	1,49	1,5	0,5
Suco de laranja	Milhões t	2,13	2,21	2,26	2,32	2,38	2,44	2,5	2,56	2,62	2,68	2,5
Carne Frango	Milhões t	4,12	4,15	4,4	4,42	4,66	4,68	4,91	4,93	5,16	5,17	2,9
Carne Bovina	Milhões t	1,85	1,9	1,95	2,01	2,06	2,11	2,17	2,22	2,27	2,33	2,6
Carne Suína	Milhões t	0,6	0,62	0,63	0,65	0,67	0,69	0,71	0,72	0,74	0,76	2,8
Café	Milhões sc	34,54	35,41	36,29	37,2	38,13	39,08	40,06	41,06	42,09		2,5
Açúcar	Milhões t	30	31,16	32,48	33,75	35,03	36,31	37,59	38,87	40,15	41,42	3,8
Leite	Bilhões l	0,22	0,23	0,24	0,25	0,26	0,27	0,28	0,29	0,3	0,31	4,2
Papel	Milhões t	2,18	2,24	2,29	2,35	2,4	2,46	2,52	2,57	2,63	2,68	2,4
Celulose	Milhões t	9,19	9,63	9,97	10,36	10,71	11,08	11,44	11,8	12,16	12,53	3,5

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

### Brasil: projeção de importação

PRODUTO	UNIDADE	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Trigo	Milhões t	6,12	6,19	6,25	6,31	6,38	6,44	6,5	6,56	6,62	6,69	1,0
Leite	Bilhões l	0,85	0,88	0,89	0,89	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
Arroz	Milhões t	0,35	0,44	0,52	0,58	0,64	0,69	0,74	0,79	0,83	0,98	13,3
Feijão	Milhões t	0,16	0,17	0,19	0,18	0,18	0,2	0,2	0,2	0,21	0,21	2,0

Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa

### Regiões do Brasil: projeção de produção

	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	TAXA CRESC. (%)
Arroz (mil t)											
RS	8.400	8.507	8.721	8.884	9.072	9.248	9.429	9.608	9.788	9.967	2,1
Cana-de-Açúcar (mil t)											
GO	55.522	58.531	61.125	63.426	65.500	67.404	69.180	70.858	72.462	74.010	3,4
MG	66.732	68.877	70.830	72.661	74.412	76.110	77.775	79.419	81.047	82.667	2,5
MT	17.093	18.234	18.880	18.923	19.084	19.497	20.371	21.034	21.392	21.579	2,6
PR	57.473	59.420	61.104	62.656	64.190	65.733	67.283	68.834	70.385	71.935	2,6
SP	461.265	474.280	489.653	501.992	515.341	527.236	539.556	551.177	562.972	574.429	2,6
Milho (mil t)											
MG	6.449	6.552	6.657	6.762	6.866	6.970	7.075	7.179	7.284	7.388	1,5
MT	9.217	9.620	9.862	10.049	10.344	10.620	10.843	11.097	11.367	11.613	2,6
PR	12.105	12.732	12.680	13.004	13.120	13.351	13.518	13.721	13.904	14.098	1,3
Soja Grão (mil t)											
MT	20.720	21.257	21.832	22.395	22.952	23.512	24.073	24.633	25.193	25.753	2,5
PR	14.537	14.831	15.097	15.372	15.644	15.917	16.190	16.462	16.735	17.008	1,8
RS	7.951	9.059	9.513	8.876	8.401	8.966	9.680	9.526	8.985	9.098	1,1
Trigo (mil t)											
PR	3.291	3.337	3.391	3.448	3.508	3.569	3.630	3.692	3.754	3.816	1,7
RS	2.045	2.074	2.106	2.157	2.189	2.228	2.270	2.306	2.346	2.386	1,8

Fonte: AGE/Embrapa/Mapa - 2011